



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 18ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**30/04/2025
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

Presidente: Senadora Damares Alves

Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30/04/2025.**

18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|------|--|------------------------|--------|
| 1 | PL 3295/2023 - Não Terminativo - | SENADORA MARA GABRILLI | 9 |
| 2 | PL 2774/2022 - Não Terminativo - | SENADOR EDUARDO GIRÃO | 20 |
| 3 | PL 2436/2022 - Não Terminativo - | SENADOR EDUARDO GIRÃO | 33 |
| 4 | PL 1958/2021 - Não Terminativo - | SENADOR HUMBERTO COSTA | 43 |
| 5 | SUG 2/2022 - Não Terminativo - | SENADOR MARCIO BITTAR | 59 |
| 6 | REQ 33/2025 - CDH - Não Terminativo - | | 74 |

| | | | |
|---|---|--|-----------|
| 7 | REQ 34/2025 - CDH - Não Terminativo - | | 78 |
| 8 | PLANO DE TRABALHO - | | 82 |

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

| TITULARES | | | SUPLENTE |
|--|---------------------|--|-----------------------------------|
| Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | | | |
| Ivete da Silveira(MDB)(10)(1) | SC 3303-2200 | 1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1) | SE 3303-9011 / 9014 / 9019 |
| Giordano(MDB)(10)(1) | SP 3303-4177 | 2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10) | TO 3303-5990 / 5995 / 5900 |
| Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3) | PR 3303-6202 | 3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3) | PA 3303-6623 |
| VAGO(12)(10)(3) | | 4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3) | RN 3303-1148 |
| Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10) | ES 3303-6747 / 6753 | 5 Marcio Bittar(UNIÃO)(12)(8) | AC 3303-2115 / 2119 / 1652 |
| Plínio Valério(PSDB)(10)(9) | AM 3303-2898 / 2800 | 6 VAGO(9) | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD) | | | |
| Cid Gomes(PSB)(13) | CE 3303-6460 / 6399 | 1 Flávio Arns(PSB)(4) | PR 3303-6301 |
| Jussara Lima(PSD)(4) | PI 3303-5800 | 2 Vanderlan Cardoso(PSD)(4) | GO 3303-2092 / 2099 |
| Mara Gabrilli(PSD)(4) | SP 3303-2191 | 3 VAGO | |
| VAGO | | 4 VAGO | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO) | | | |
| Jaime Bagattoli(PL)(2) | RO 3303-2714 | 1 Eduardo Girão(NOVO)(2) | CE 3303-6677 / 6678 / 6679 |
| Magno Malta(PL)(2) | ES 3303-6370 | 2 Romário(PL)(2) | RJ 3303-6519 / 6517 |
| Marcos Rogério(PL)(2) | RO 3303-6148 | 3 Jorge Seif(PL)(15) | SC 3303-3784 / 3756 |
| Astronauta Marcos Pontes(PL)(14) | SP 3303-1177 / 1797 | 4 Flávio Bolsonaro(PL)(16) | RJ 3303-1717 / 1718 |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT) | | | |
| Fabiano Contarato(PT)(6)(17) | ES 3303-9054 / 6743 | 1 Weverton(PDT)(6)(17) | MA 3303-4161 / 1655 |
| Rogério Carvalho(PT)(6)(17) | SE 3303-2201 / 2203 | 2 Augusta Brito(PT)(6)(17) | CE 3303-5940 |
| Humberto Costa(PT)(17) | PE 3303-6285 / 6286 | 3 Paulo Paim(PT)(6)(17) | RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235 |
| Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS) | | | |
| Tereza Cristina(PP)(5)(11) | MS 3303-2431 | 1 Laércio Oliveira(PP)(5) | SE 3303-1763 / 1764 |
| Damares Alves(REPUBLICANOS)(5) | DF 3303-3265 | 2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5) | RR 3303-5291 / 5292 |

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
 SECRETÁRIO(A): CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 30 de abril de 2025
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

18ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

| | |
|--------------|--|
| | Deliberativa |
| Local | Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 |

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3295, DE 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais.

Autoria: Senador Carlos Viana

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Não apresentado

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

- Em 09/04/2025, foi recebida a emenda nº 1 do Senador Plínio Valério.

- Em 22/04/2025, foi recebida a Emenda nº 2 do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 1 \(CDH\)](#)

[Emenda 2 \(CDH\)](#)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2774, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em 23/04/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2436, DE 2022

- Não Terminativo -

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em 23/04/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1958, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não Terminativo -

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Parcialmente favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na Ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 23/04/2025, lido o relatório, foi concedida vista coletiva.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 5

SUGESTÃO Nº 2, DE 2022

- Não Terminativo -

"Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:*Tramitação: CDH.***Textos da pauta:**[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2025**

Requer a realização de audiência pública para debater “medidas práticas de combate e prevenção ao assédio moral e sexual na área de relações institucionais e governamentais”.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2025**

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL nº 1.050/2024 - possibilidade de aplicação do sursis processual Lei Maria da Penha.

Autoria: Senadora Damares Alves**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 8****Plano de Trabalho - da política pública que avalia o Plano de Ação do Pacto
Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.**

Plano de Trabalho - Avaliação de Política Pública CDH

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

1



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3295, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, *que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 48-A.** As aeronaves registradas no Brasil, utilizadas em voos de transporte aéreo regular doméstico nacional e internacional, devem disponibilizar assentos com dimensões especiais, na forma do regulamento”. (NR)

§ 1º Pode haver diferenciação tarifária para a ocupação do assento.

§ 2º O passageiro obeso tem preferência para a ocupação dos assentos de que trata o *caput*”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É notória a dificuldade de acomodação de pessoas de maior estatura ou obesas nas aeronaves.

Além da falta de conforto do próprio passageiro, o vizinho também sofre as consequências das pequenas dimensões dos assentos e do reduzido espaço entre as fileiras de assentos.



Por essa razão, apresentamos esta proposição, que tem por objetivo obrigar as empresas de transporte aéreo regular que operam voos domésticos a oferecerem assentos com dimensões especiais em suas aeronaves.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CDH
(ao PL 3295/2023)

Fica alterado o § 1º do art. 16-A do Projeto de Lei nº 3.95, de 2023, com a seguinte redação:

“§ 1º As grávidas, as pessoas obesas ou com dimensões corporais excepcionalmente diferentes da média terão preferência para ocupação dos assentos referidos no *caput*.”

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a legislação não exige especificamente **assentos exclusivos para grávidas** em voos comerciais. No entanto, a **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)** e outras normativas que regem o transporte aéreo têm diretrizes que buscam garantir a segurança e o bem-estar de passageiros em situações especiais, como as grávidas.

De acordo com a **Resolução nº 400/2016 da ANAC**, que regula o transporte aéreo de passageiros, as grávidas não têm assentos exclusivos garantidos por lei. No entanto essa Resolução assegura atendimento prioritário durante o embarque, desembarque e em caso de emergências; exigência de atestado médico para aquelas com mais de 27 semanas de gestação, principalmente em voos de longa duração.

Em resumo, **não há uma legislação específica que exija assentos exclusivos para grávidas em voos comerciais**, mas a segurança e o conforto das gestantes durante o voo são prioridades e, muitas vezes, as companhias aéreas



oferecem algumas facilidades como parte de suas políticas de atendimento ao cliente.

Assim, entendo que as grávidas devem ter assentos especiais em aviões principalmente por questões de conforto e segurança. Aqui estão alguns dos principais motivos:

1. conforto: durante a gestação, especialmente no final, o corpo da mulher passa por várias mudanças, como aumento do volume abdominal, cansaço e dificuldades para se mover com facilidade. Assentos mais espaçosos ou com ajustes específicos podem proporcionar mais conforto, reduzindo desconfortos e o risco de dores nas costas, pés inchados ou câibras.

2. Segurança: embora não exista uma exigência específica para assentos exclusivos para grávidas, a posição e a segurança durante o voo são muito importantes. As grávidas devem estar bem-posicionadas, com os cintos de segurança ajustados corretamente, para garantir a segurança tanto da mãe quanto do bebê. Um assento que permita mais mobilidade e conforto pode ser útil para manter a circulação sanguínea adequada e minimizar os riscos, como trombose venosa profunda (TVP), que é mais comum durante longos períodos de imobilidade.

3. Emergências médicas: em casos de complicações inesperadas, como uma súbita dor ou outros sinais de problemas na gravidez, ter acesso a um assento especial pode facilitar o atendimento rápido. Alguns aviões podem priorizar a localização da grávida perto de pessoal de cabine treinado, garantindo que ela tenha suporte caso algo ocorra.

4. Considerações em voos longos: em voos de longa duração, a pressão das cabines e o tempo prolongado sentado podem afetar o bem-estar de uma gestante. Ter um espaço mais confortável pode ajudá-la a lidar melhor com esses desafios.



Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 9 de abril de 2025.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PL 3295/2023)

Altera o § 2º do art. 16-A ao substitutivo do Projeto de Lei nº 3.95, de 2023, com a seguinte redação:

“§2º Na impossibilidade de ofertar os assentos referidos no caput deste artigo, a autoridade nacional de aviação regulamentará os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiro com necessidade de assistência especial (PNAE), incluindo a cobrança pelo serviço.”

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, cabe destacar que esta Casa Legislativa já tratou dessa temática, por meio do PL nº 4804, de 2019, que trata da alteração da Lei nº 10.048, de 2000, para garantir assentos especiais, APROVADO em 2024, inclusive com manifestação favorável desta CDH, com a seguinte redação e encaminhado à Câmara do Deputados:

“Art. 1º A Lei nº 10.048, de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

Art. 3º-A, As empresas que atuam no transporte coletivo de passageiros, nos modos rodoviário, hidroviário, ferroviário, ou aeroviário, reservarão assentos especiais para pessoas com deficiência ou com obesidade grau 3, na forma e nos percentuais previstos em regulamentos das respectivas agências reguladoras”.....

Importante destacar na presente discussão, que a Resolução 280 da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) foi promulgada para estabelecer normas sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no



transporte aéreo. Essa resolução é um marco importante no que diz respeito à inclusão e ao respeito aos direitos dos passageiros que enfrentam desafios de mobilidade.

Entre os principais pontos abordados pela Resolução 280, destacam-se:

1. **Direitos dos Passageiros:** A resolução garante que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham acesso a serviços aéreos em igualdade de condições com os demais passageiros. Isso inclui a assistência no embarque, desembarque e durante o voo.

2. **Responsabilidades das Companhias Aéreas:** As companhias aéreas são obrigadas a fornecer assistência adequada a esses passageiros, incluindo a disponibilização de assentos apropriados e o suporte necessário durante todo o processo de viagem.

3. **Procedimentos de Solicitação:** A resolução estabelece que os passageiros devem informar a necessidade de assistência especial à companhia aérea no momento da compra da passagem e, preferencialmente, com antecedência mínima. Isso permite que as empresas se preparem para atender às necessidades específicas dos passageiros.

4. **Capacitação de Funcionários:** As empresas devem assegurar que seus funcionários estejam devidamente treinados para atender passageiros com deficiência e mobilidade reduzida, promovendo um ambiente mais inclusivo e seguro.

5. **Cobrança de Serviços:** A resolução também aborda a questão da cobrança por serviços de assistência, estabelecendo diretrizes claras para que os passageiros sejam informados sobre possíveis custos associados.

Por entendermos que a Resolução 280 da ANAC é o instrumento mais adequado para dispor sobre a acessibilidade no transporte aéreo, e levando em conta que ela foi embasadora da decisão quando da aprovação do PL 4.048/19 em 2024, é que sugerimos a presente emenda, adequando à redação já aprovada, a



fim de que todos os aspectos operacionais e de fabricação das aeronaves sejam garantidos e levados em consideração na tomada de decisão.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das sessões, 22 de abril de 2025.

Senador Astronauta Marcos Pontes
(PL - SP)



2



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2774, DE 2022

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , 2022

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 58-B Fica assegurado as mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down o direito a redução, em 50% (cinquenta), da jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem prejuízo da remuneração e sem a obrigação de compensar o horário, pelo prazo de 1 ano, a ser renovado mediante comprovação da condição de dependente com deficiência, em virtude de laudos médicos.

§ 1º Na ausência da figura materna aplica-se o disposto no *caput* ao responsável pela criança.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/22628.53243-17



SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

JUSTIFICATIVA

O objetivo desse Projeto de lei é garantir as mães de menores autistas e síndrome de down o direito de permanecer mais tempo com seus filhos considerando as necessidades diárias que a deficiência lhes impõe.

Sabemos que os pais podem ajudar e muito no tratamento, especialmente quando se conectam com os profissionais que ajudam seus filhos. Estabelecer um diálogo positivo ajuda a entender melhor o que acontece com seu filho e saber como lidar com sintomas, o que esperar de dificuldades durante o tratamento e adaptações que talvez sejam necessárias à rotina da família.

Não se trata de conceder um benefício assistencial nem de violar os princípios da igualdade e da impessoalidade na administração pública, a redução da jornada em 50% conforme proposto visa igualar, na medida das suas desigualdades, as pessoas com necessidades especiais aos demais cidadãos, dando um mínimo de condições para que a criança com transtorno de espectro autista ou com síndrome de down possa gozar dos seus direitos humanos e ter a sua dignidade como pessoa respeitada.

A presença da mãe é fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência. O tratamento é multidisciplinar, inclui consultas médicas, terapias alternativas e atividades escolares diferenciadas, o que faz com que a mãe trabalhadora, ou responsável pela criança com o espectro autista ou síndrome de down procure o seu direito na justiça por mais tempo para cuidar da criança, e sem que isso comprometa a sua vida financeira.

Vale ressaltar que a Constituição Federal estabelece uma série de princípios e regras protetivas para as pessoas com deficiência, com absoluta prioridade à criança e ao adolescente, e atribui obrigações ao Estado e às famílias como instrumentos principais no resguardo e proteção.

Nesse contexto, ganham destaque duas decisões recentes da Sétima e da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que garantiram o direito à redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, a profissionais de saúde que têm crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nos dois casos, levou-se em consideração que, na ausência de legislação específica, aplicam-se normas internacionais,



SF/22628.53243-17



SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

disposições constitucionais e, por analogia, o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990), que assegura o direito nessas circunstâncias.

“(…) Restou claro, no caso em apreço, que a participação direta da mãe é imprescindível para eficácia do tratamento precoce da menor, pelo que o disposto na Convenção, com status de emenda constitucional, só se concretizará através de viabilização dessa participação materna, os documentos médicos juntados aos autos não deixam dúvida sobre a necessidade de participação da mãe no tratamento, o qual ocorre por meio de idas para reabilitação em clínica especializada e também por meio de atuação da mãe em casa e no dia-a-dia da criança, pelo que a hipótese legal se faz presente no caso em julgamento, em que a redução do horário de trabalho permitirá a implementação dos direitos da criança. A omissão de concessão à autora do horário especial viola direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, reconhecidos em diplomas internacionais, tanto de caráter supralegal como constitucional, como acima citado, impedindo o exercício desses direitos fundamentais. Assim, o disposto no artigo 5º, XXXV, da CF, e o princípio da interpretação *pro persona*, legitimam a superação da omissão legislativa específica, viabilizando a aplicação analógica da Lei 8.112/91. A aplicação do princípio da interpretação *pro persona* ou princípio da primazia da norma mais favorável, o *pro homine*, é expressamente reconhecido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: (TST, AIRR nº 11138-49.2020.5.03.0035, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, publicação em 26/08/22)

“(…) Esta Corte tem admitido a redução de jornada de empregado público com dependente com deficiência sem alteração remuneratória e sem compensação de horário, a depender da especificidade do caso. 2. A utilização da analogia visando realizar a integração da lacuna normativa do regime jurídico aplicável ao reclamante encontra amparo na leitura contemporânea do princípio da legalidade administrativa, à luz do primado da juridicidade, de modo a não vincular o administrador público exclusivamente às diretrizes oriundas do Poder Legislativo, mas também para balizar sua atividade pelos valores e princípios constitucionais. 3. Situação que abrange a tutela de bens jurídicos destacados na ordem constitucional de 1988, notadamente, o direito da pessoa com deficiência, alçado à categoria de direito



SF/22628.53243-17



SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

fundamental, sobretudo em face da internalização, com status de emenda constitucional (art. 5º, § 3º, da CF), da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Decreto 6.949/2009. 4. A aplicação analógica do art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei 8.112/1990 decorre da incidência de princípios oriundos dos arts. 1º, III, 5º, 6º, 7º, 227 da CF e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), além da destacada Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, não se vislumbrando qualquer ofensa ao primado da legalidade ou aos demais princípios que regem a Administração Pública. Precedentes. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento. mesmo que ausente nas normas internas da empresa, ou na legislação celetista, o direito à redução da jornada no caso dos autos, impõe-se resguardar a máxima proteção à dependente da empregada, portadora espectro autista, em homenagem aos princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção da pessoa com deficiência e da "absoluta prioridade" na salvaguarda do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente (...)” (TST, Ag-ED-AIRR-132-10.2020.5.10.0016, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, publicação em 27/05/2022).

Penso que com a união de esforços entre governo e sociedade podemos garantir um futuro melhor para essas crianças e seus familiares.

Diante do exposto, por ser de relevância social, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, de de 2022.

Senador MECIAS DE JESUS
(REPUBLICANOS/RR)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - DEC-6949-2009-08-25 - 6949/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2009;6949>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União; RJU; Lei dos Servidores Públicos - 8112/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
 - art98_par2
 - art98_par3
- urn:lex:br:federal:lei:1991;8112
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8112>



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.774, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que *altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down.*

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.774, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que *altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down.*

A proposição está estruturada em três artigos.

O art. 1º apresenta o objetivo do PL, nos termos já explicitados. O art. 2º, por sua vez, acrescenta o art. 58-B ao Decreto-Lei 5.452, de 1943, para assegurar às mães de menores de idade com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down, sem prejuízo de remuneração e sem obrigação de compensação de horário, o direito à redução, em 50% (cinquenta por cento), da jornada de trabalho de 40 horas semanais, pelo prazo de um ano, renovável mediante comprovação da condição de dependente com deficiência.

O § 1º do referido art. 58-B — que, em atenção à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deveria ser o parágrafo único



do dispositivo — dispõe que, na ausência da figura materna, aplica-se o disposto no *caput* ao responsável pela criança.

O art. 3º, por fim, determina que a norma resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor defende que a presença da mãe é crucial para o desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência. Diante desse cenário, argumenta-se, ainda, que as empregadas que são mães de crianças com TEA ou Síndrome de Down são obrigadas a recorrer ao Judiciário para garantir o direito de dedicar mais tempo ao cuidado da criança com deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, terá apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III, V e VI do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à garantia e promoção de direitos humanos, incluindo a proteção à família e a proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental a análise do PL nº 2.774, de 2022, por este Colegiado.

Vemos mérito no PL. É preocupante que muitos pais, mães e responsáveis por pessoas com deficiência tenham que escolher entre o emprego e a assistência a seus filhos ou dependentes. Muitas pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Síndrome de Down necessitam de acompanhamento multidisciplinar, que envolve diferentes profissionais e serviços especializados. Sem esse acompanhamento, a inclusão desses indivíduos em nossa sociedade pode ser comprometida.

Diante desse cenário, muitos pais, mães e responsáveis se veem impossibilitados de prestar a assistência adequada devido à incompatibilidade entre o horário de trabalho e a necessidade de cuidados com seus filhos ou dependentes. Nesse sentido, no Serviço Público federal, por exemplo, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, prevê a possibilidade de jornada especial



de trabalho para os servidores que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

Contudo, essa mesma proteção não se aplica aos trabalhadores da iniciativa privada regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para esses trabalhadores, não há qualquer previsão legal que garanta aos pais, mães ou responsáveis por pessoas com deficiência a redução da carga horária para cuidados com seus filhos ou dependentes que necessitam de assistência direta. Isso, além de configurar um atentado aos direitos da pessoa com deficiência, evidencia uma exagerada discrepância de tratamento entre os trabalhadores do setor público e da iniciativa privada.

Portanto, entendemos que o PL é louvável por buscar assegurar os direitos dos trabalhadores e das pessoas com TEA ou Síndrome de Down. Nesse sentido, a medida proposta no PL visa o maior interesse da pessoa com deficiência, possibilitando a sua inclusão social, bem como a proteção de seus direitos fundamentais.

A esse respeito, o art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) dispõe que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Por sua vez, o § 1º do respectivo artigo prevê, ainda, que qualquer ação ou omissão que prejudique, impeça ou anule o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência será considerada discriminação em razão da deficiência.

Assim, entendemos que o não acompanhamento adequado da pessoa com deficiência em razão dos pais, mães ou responsáveis não terem disponibilidade de tempo devido a sua jornada laboral configura discriminação, pois impede que a pessoa com deficiência tenha acesso a uma gama de direitos exercidos por outras pessoas.

Diante do exposto, somos favoráveis ao PL. Contudo, apresentamos um substitutivo com alguns ajustes que julgamos pertinentes para a melhor incorporação da proposição ao nosso ordenamento jurídico. Propomos, ainda, adequações na redação e melhorias na técnica legislativa para alinhar a proposição ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.



Inicialmente, entendemos que, devido à diversidade de mercados e às diversas características específicas que podem se distinguir conforme o ramo de atuação, porte da empresa e outras variáveis, a redução da carga horária deve ser acordada por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho. Dessa forma, o direito à jornada especial de trabalho será assegurado com base no diálogo e nas negociações entre trabalhadores e empregadores, situação que já é possível, mesmo sem a aprovação deste PL.

Além disso, sugerimos a substituição de verificação da deficiência por meio de laudos médicos pela avaliação biopsicossocial periódica, adequando o dispositivo proposto ao §1º do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considere não apenas os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, mas também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, além da existência de limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

Outra alteração que propomos é que, para fins de manutenção da redução da jornada de trabalho, a avaliação biopsicossocial seja realizada periodicamente, com intervalo mínimo de 2 (dois) anos, para verificar se os motivos que ensejaram a concessão da jornada especial de trabalho permanecem.

Aperfeiçoamos, também, questões relacionadas ao perfil das pessoas com TEA ou Síndrome de Down. Nesse sentido, entendemos que restringir a jornada especial de trabalho apenas para os trabalhadores que tenham filhos ou dependentes menores de 18 anos, como mencionado no PL, é uma limitação injustificada, pois muitas pessoas com essas deficiências continuam a depender de cuidados e acompanhamento mesmo após atingirem a maioridade.

Dessa forma, suprimimos os termos “menores” e “crianças” e adotamos a expressão “filhos ou dependentes”. Também suprimimos a menção à redução de 50% da jornada de trabalho de 40 horas, pois entendemos que a jornada especial deve ser ajustada de acordo com a real necessidade da pessoa com TEA ou Síndrome de Down, sendo cada caso analisado de forma individual por meio da avaliação biopsicossocial.



Por fim, considerando que a assistência e apoio às pessoas com TEA ou Síndrome de Down podem ser oferecidos por uma variedade de indivíduos além da mãe, sugerimos a substituição do termo “mãe” por “empregados”, até mesmo para estimular a paternidade responsável.

III – VOTO

Ante as razões apresentadas, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei (PL) nº 2.774, de 2022, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de empregados que tenham filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente com Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Down.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de empregados que tenham filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente com Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Down.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“**Art. 58-B.** Fica assegurado, mediante convenção ou acordo coletivo, independentemente de compensação de horário e sem prejuízo do salário, o direito à redução da jornada de trabalho aos empregados



que tenham filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente com Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Down, quando verificada a necessidade de assistência em horários coincidentes com a jornada habitual de trabalho.

§ 1º A necessidade de assistência, bem como o percentual de redução da jornada de trabalho, serão definidos por meio de avaliação biopsicossocial, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 2º A avaliação prevista no § 1º será realizada, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, para verificar a necessidade de assistência específica do filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente com Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Down, momento em que a redução da jornada de trabalho será reavaliada conforme o caso concreto, podendo ser expandida, mantida, reduzida ou revogada.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2436, DE 2022

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2022

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.



SF/22337.05250-14

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

“**Art. 62-A.** Mediante convenção ou acordo coletivo, será concedida, sem prejuízo do salário, jornada de trabalho especial ao empregado que tenha filho, enteado, adotado ou criança sob guarda judicial, que tenham deficiência, quando comprovada, por meio de perícia médica, a necessidade de assistência direta em horários coincidentes com o de trabalho, independentemente de sua compensação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta, ao assegurar ao trabalhador o direito de prestar uma maior assistência a familiar com deficiência, é decorrente do princípio da proteção constitucional à entidade familiar, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da proteção à vida.

É igualmente fundamental para a boa recuperação da saúde dos entes queridos, manutenção do equilíbrio familiar e bem-estar do trabalhador,

que deve ter a tranquilidade para dar o suporte necessário aos seus, quando necessitados de assistência.

Não há dúvida que o presente projeto de lei pode estar a transferir para o empregador mais um ônus. Não ignoramos o peso dos encargos trabalhistas nas empresas brasileiras. Estamos entre os países que mais oneram as empresas.

Por isso, propostas como a que estamos apresentando podem prejudicar o esforço que se faz hoje no sentido de desonerar as empresas, a fim de que possam oferecer seus produtos e serviços com mais competitividade e, ao mesmo tempo, proporcionar mais postos de trabalho.

Nesse sentido, estamos propondo que a jornada especial de trabalho que se pretende conceder ao empregado que tenha filho, enteado, adotado ou criança sob guarda judicial que tenham deficiência seja tratada no âmbito das negociações coletivas entre empregadores e empregados, respeitando-se, assim, responsabilidade social das empresas e suas reais disponibilidades.

A presença dessa garantia resultante de convenções e acordos coletivos de trabalho tende a se tornar referência e se difundir nos processos de negociação coletiva e, por isso, devem ser estimuladas pela nossa legislação trabalhista.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação de medida de tão grande relevância social.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ



SF/22337.05250-14

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
CLT - 5452/43

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.436, de 2022, do Senador Romário, que *acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.*

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CAS), o Projeto de Lei nº 2.436, de 2022, do Senador Romário, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada especial de trabalho, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho, enteado, adotado ou criança sob guarda judicial, com deficiência. A fruição desse direito está condicionada à comprovação, por perícia médica, da necessidade de assistência direta em horários coincidentes com o de trabalho, independentemente de compensação.

Em sua justificação, o autor afirma que a proposta pretende assegurar ao trabalhador o direito de prestar maior assistência a familiar com deficiência. Em última instância, o texto proposto decorre, segundo ele, da proteção constitucional à entidade familiar, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da proteção à vida.

Reconhecendo que a iniciativa pode representar mais um encargo social para os empregadores, ao criar uma jornada especial de trabalho, o Senador aponta as negociações coletivas como o âmbito em que empregados e



empregadores podem avaliar as reais disponibilidades econômicas para a cobertura dos custos adicionados. Nesses ajustes, os empregadores podem assumir suas responsabilidades sociais, quando possíveis.

A matéria foi distribuída a esta CDH, seguindo depois para a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, a qual é atribuída a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III, IV, V e VI do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à garantia e promoção de direitos humanos, incluindo os direitos da mulher, a proteção à família e a proteção e integração social das pessoas com deficiência, temas que constituem a essência do PL nº 2.436, de 2022, de autoria do Senador Romário.

Em relação aos aspectos jurídicos, nada temos a contestar, no âmbito de nossa competência. O Direito do Trabalho e a proteção às pessoas com deficiência são matérias sobre as quais o Congresso Nacional pode dispor, com sanção do Presidente da República, pois estão submetidas à regra geral de competência da União, prevista no *caput* do art. 48 da Constituição Federal. Legislar sobre “*proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência*”, por outro lado, é da competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do art. 24 da mesma Carta.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Não há, finalmente, invasão da iniciativa privativa do Presidente da República, estabelecida no art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

No mérito, consideramos plenamente justificável a iniciativa. Sabemos que pais e responsáveis por pessoas com deficiência enfrentam problemas diversos, ainda não abordados em nossas políticas compensatórias. Diversos imprevistos e demandas podem aparecer, sem prévio aviso.

Em se tratando da existência de uma relação de emprego há, evidentemente, uma dependência do empregado em relação ao empregador. Isso faz parte do próprio conceito de emprego. Ocorre que, em momentos de



urgência familiar, a sensibilidade do contratante é fundamental, mas nem sempre existe.

O ideal, então, é que as negociações coletivas tragam dispositivos sobre essa jornada especial, que ofereçam segurança jurídica para as duas partes do contrato e propiciem melhores condições de cuidado para as pessoas com deficiência.

Dessa forma, o direito à jornada especial de trabalho será assegurado com base no diálogo e nas negociações entre trabalhadores e empregadores, situação que já é possível, mesmo sem a aprovação deste PL. Cada pessoa, cada emprego e cada empresa possui suas especificidades. Por isso, a fixação de uma regra geral poderia ampliar atritos e diminuir a empregabilidade, principalmente em prejuízo das mães de crianças com deficiência.

Trata-se do respeito, de todos, às normas constitucionais e às regras humanitárias e civilizatórias, especialmente ao disposto no art. 8º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece ser dever conjunto do Estado, da sociedade e da família assegurar os direitos da pessoa com deficiência.

Por todo exposto, entendemos que o PL promove o olhar atento de empregadores, empregados e sindicatos, além da sociedade como um todo, ao melhor atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, especialmente quando dependentes de cuidados familiares, respeitando as especificidades pertinentes a cada relação de emprego.

Constatamos, contudo, a necessidade de pequenos reparos no texto proposto.

Propomos, inicialmente, a substituição da perícia médica pela avaliação biopsicossocial periódica para fins de comprovação da deficiência, adequando o dispositivo proposto ao §1º do art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de previsão que estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considere não apenas os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, mas também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, além da existência de limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.



Isso porque a atual noção de deficiência, consagrada no Estatuto, supera a imprecisa e insuficiente concepção outrora apresentada pelo modelo médico de avaliação, que concebia a deficiência como fenômeno unicamente biológico e desconsiderava qualquer interferência de fatores externos.

Verificamos, também, que apesar da ementa do PL estabelecer que a jornada especial de trabalho se destina para, entre outros casos, empregado com dependente que tenha deficiência, a hipótese correspondente não consta do art. 62-A da CLT proposto. Por essa razão, realizamos a adequação do dispositivo para que contenha integralmente o objeto da lei explicitado pela ementa.

Nessa oportunidade, realizamos, ainda, pequenos reparos redacionais ao texto, sem alteração de conteúdo, para sua adequação ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Dessa maneira, com a emenda sugerida, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhida.

III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.436, de 2022, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente que tenham deficiência.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente que tenham deficiência.

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

“**Art. 62-A.** Mediante convenção ou acordo coletivo, será concedida, independentemente de compensação de horário e sem prejuízo do salário, jornada de trabalho especial ao empregado que tenha filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente, com deficiência, quando comprovada a necessidade de assistência direta em horários coincidentes com os de trabalho.”

§ 1º A necessidade de assistência, bem como o percentual de redução da jornada de trabalho, serão definidos por meio de avaliação biopsicossocial, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 2º A avaliação prevista no § 1º será realizada, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, para verificar a necessidade de assistência específica do filho, enteado, criança sob guarda judicial ou dependente, com deficiência, momento em que a redução da jornada de trabalho será reavaliada conforme o caso concreto, podendo ser expandida, mantida, reduzida ou revogada.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 1958, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Autógrafo do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021](#)
<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9631778&ts=1732893275356&disposition=inline>



[Página da matéria](#)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.958-A de 2021 do Senado Federal, que "Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É reservado às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas:

I - nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

II - nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

§ 1º Ato do Poder Executivo regulamentará as vagas reservadas a indígenas e a quilombolas previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º O percentual previsto no *caput* deste artigo será aplicado sobre a totalidade das vagas expressamente previstas no edital do concurso público ou do processo seletivo simplificado e sobre as demais vagas que surgirem durante a validade do certame.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma do regulamento;

II - pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;

III - pessoa quilombola: aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Art. 3º Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé na autodeclaração, o órgão ou a entidade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo simplificado instaurará procedimento administrativo para averiguação dos fatos, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Na hipótese de o procedimento administrativo de que trata o *caput* deste artigo concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, o candidato:

I - será eliminado do concurso público ou do processo seletivo simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou

II - terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, o resultado do procedimento será encaminhado:

I - ao Ministério Público, para apuração de eventual ocorrência de ilícito penal; e

II - à Advocacia-Geral da União, para apuração da necessidade de ressarcimento ao erário.

Art. 4º A reserva de vagas de que trata o art. 1º desta Lei será aplicada sempre que o número de vagas oferecido no concurso público ou no processo seletivo simplificado for igual ou superior a 2 (dois).

§ 1º Serão previstas em regulamento medidas específicas para evitar o fracionamento de vagas em mais de 1 (um) certame que acarrete prejuízo à reserva de vagas de que trata esta Lei.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para as vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, o número será:

I - aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos); ou

II - diminuído para o inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Nos concursos públicos e nos processos seletivos simplificados em que o número de vagas seja inferior a 2 (dois), ou em que haja apenas cadastro de reserva, as pessoas que se enquadrarem nos requisitos previstos no art. 2º desta Lei poderão se inscrever por meio de reserva de vagas para candidatos pretos e pardos, indígenas e quilombolas.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º deste artigo, caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, serão observadas a reserva de vagas e a nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas, na forma prevista nesta Lei.

Art. 5º Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados garantirão a participação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame, sempre que atingida a nota ou a pontuação mínima exigida em cada fase, nos termos de regulamento.

Art. 6º As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.

§ 1º As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso ou do processo seletivo simplificado tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas.

§ 2º As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa preta e parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

Art. 7º Na hipótese de número insuficiente de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

Art. 8º A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a outros grupos previstos na legislação.

§ 1º Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

§ 2º A ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas será utilizada durante a vida funcional do servidor em todas as hipóteses nas quais a classificação no concurso público seja critério de avaliação ou de desempate.

Art. 9º Os órgãos do Poder Executivo federal responsáveis pela gestão e inovação em serviços públicos, pela promoção da igualdade racial, pela implementação da política indigenista e pela promoção dos direitos humanos e da cidadania realizarão o acompanhamento e o monitoramento do disposto nesta Lei.

Art. 10. O disposto nesta Lei não se aplicará aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados anteriormente à data de sua entrada em vigor, permanecendo regidos pela Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Art. 11. O Poder Executivo federal promoverá a revisão do programa de ação afirmativa de que trata esta Lei no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de sua entrada em vigor.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ressalvado o disposto no art. 10 desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 172/2024/SGM-P

Brasília, 23 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, do Senado Federal, que “Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014”.

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958 de 2021, que *reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, que *reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

O Projeto de Lei nº. 1.958, 2021, de autoria do Senador Paulo Paim, foi aprovado pelo Plenário desta Casa no dia 22 de maio de 2024 e remetido para análise da Câmara dos Deputados, que aprovou substitutivo à matéria.

Como a proposição encontra-se em fase de apreciação de emenda oferecida pela Casa Revisora, serão identificadas apenas as alterações de mérito promovidas.

O Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados suprime o art. 3º do projeto original, o qual dispõe sobre o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas.

Adicionalmente, o texto que ora é analisado promove ajuste no art. 11 (art. 12 na redação original), alterando a revisão do programa de ação afirmativa de 10 para 5 anos.

Por fim, destaca-se que o Substitutivo faz relevantes observações redacionais, as quais aprimoram o texto original.

A matéria foi despachada para esta CDH e, posteriormente, será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e a fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos das minorias sociais ou étnicas.

Ainda, nos termos do art. 287, do RISF, o Substitutivo da Câmara dos Deputados é considerado série de emendas e votado separadamente por dispositivos alterados. Neste sentido, no presente parecer será analisado cada uma das alterações de mérito descritas anteriormente, uma vez que não há discordâncias quanto aos ajustes redacionais.

Por fim, a análise deste Substitutivo atende aos pressupostos constitucionais, os quais determinam que um projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será pela outra revisado e deverá retornar à Casa iniciadora caso seja emendado.

Apesar do intuito da Câmara dos Deputados em promover importantes aprimoramentos ao texto original aprovado pelo Senado Federal, nota-se que as modificações propostas acabam por conflitar com os objetivos centrais do projeto original.

Passa-se, portanto, ao exame de cada uma das alterações de mérito promovidas pela Câmara dos Deputados.

O art. 3º do projeto original dispôs sobre os procedimentos de confirmação complementar à autodeclaração de pessoas pretas e pardas, observando-se, no mínimo: (i) a padronização das normas em nível nacional; (ii) a participação de especialistas com formação relacionada às relações étnicas e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

raciais, que compreendam a políticas de cotas e que garantam, ainda, à diversidade racial e de gênero populacional; (iii) a adoção de critérios mistos de avaliação, respeitando contextos sociais, culturais e regionais; (iv) a de decisão colegiada fundamentada e tomada por unanimidade, caso se conclua por atribuição identitária diversa daquela autodeclarada pelo candidato; com possibilidade de recurso.

Os procedimentos de confirmação complementar à autodeclaração são importantes para garantir que o optante pela reserva de vaga se enquadre nesta ação afirmativa. Além disso, tais mecanismos pretendem impedir o cometimento de fraudes ou má-fé no procedimento de autodeclaração, evitando que pessoas não pretas ou não pardas ocupem estas vagas.

Convém aqui destacar que a autodeclaração não deixará de ser um direito fundamental na luta pela igualdade racial; a confirmação complementar existe para fortalecer a credibilidade desta ação afirmativa de inclusão social e reparo histórico. Ademais, a previsão legal deste processo traz segurança jurídica para o certamente e, principalmente, para o candidato optante pela reserva de vaga. Este aprimoramento assegurará que o sistema de cotas cumpra seu propósito.

O princípio básico desta ação afirmativa é, logo, o respeito à autodeterminação e à plena efetividade dos direitos das populações preta, parda, quilombola e indígena do nosso país.

Por estas razões, o art. 3º deverá ser restabelecido, rejeitando-se, portanto, a supressão promovida pela Câmara dos Deputados.

No que se refere à modificação do período de revisão da política de cotas prevista no art. 11 do Substitutivo (art. 12 no projeto original), entende-se que o período de 10 anos é o mais assertivo.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Inicialmente, o PL 1958, de 2021, previa a revisão em 25 anos. Durante a discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fora acatada parcialmente a Emenda nº 6, do Senador Flávio Bolsonaro, a qual sugeriu a redução do prazo de revisão para 10 anos. Destaca-se ainda, que também foram apresentadas emendas pelos Senadores Rogério Marinho e Carlos Portinho sugerindo, dentre outras coisas, esta redução.

Entende-se, portanto, que este ponto foi amplamente debatido pelos Senadores e que o prazo estabelecido é importante para o acompanhamento e realização de eventuais melhorias. Ademais, convém ressaltar que o prazo de revisão de toda a ação afirmativa disposto em lei, não veda quaisquer alterações pontuais que o legislador entender ser necessária.

A revisão de qualquer ação afirmativa é fundamental para adaptar e aprimorar as políticas públicas, permitindo, assim, que elas continuem eficazes na promoção da igualdade social e, principalmente, na correção de desigualdades históricas. No entanto, é preciso que o Estado tenha tempo hábil para observar os pontos a serem revistos, melhorados e aprimorados: cinco anos é exíguo.

Pelo exposto, rejeita-se a alteração proposta no art. 11 do Substitutivo da Câmara dos Deputados, restabelecendo a redação do art. 12, no texto aprovado por este Senado Federal.

No que se refere aos ajustes redacionais propostos na ementa, nos §§ 1º e 2º do art. 1º, nos incisos I e III do art. 2º, nos §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original), no *caput* e nos §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original), no *caput* do art. 5º (art. 6º, do projeto original), e no *caput* do art. 12 (art. 13, no projeto original), entende-se que as sugestões da Casa Revisora aprimoram o texto e, portanto, deverão ser acatados.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Por fim, reforça-se que o texto final do PL 1958, de 2021, foi construído após amplo debate e participação de todas as Senadoras e todos os Senadores. Trata-se de uma ação desenvolvida a partir de estudos e pesquisas que apontaram dados alarmantes de desigualdade e disparidades de oportunidades no serviço público brasileiro. É uma reparação histórica que precisa continuar avançando.

Este é o relatório.

III – VOTO

Em razão do exposto, vota-se pela **aprovação parcial** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, para que seja aprovada a alteração na Ementa e para que sejam aprovados **apenas os seguintes dispositivos**, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); *caput* e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); *caput* do art. 5º (art. 6º, do projeto original); *caput* do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que **seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021**, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

5



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 2, de 2022, do Programa e-Cidadania, que *proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que *regulamenta o Programa e-Cidadania*, a Sugestão (SUG) nº 2, de 2022.

A Sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 156.991, do Programa e Portal e-Cidadania, apresentada pelo cidadão Carlos Lima, em 11 de outubro de 2021, propugnando a *proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de “vacina” “COVID-19”*.

A instituição da medida é justificada sob o argumento de que a exigência, por escolas públicas e privadas, de comprovante de vacinação contra a covid-19 constitui uma espécie de “segregação social”, o que seria inconstitucional, na opinião do autor, por violação do art. 5º da Constituição. Ademais, continua o autor da Ideia Legislativa, a exigência de comprovante de vacinação “obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos, com uma injeção estranha”, a qual estaria provocando graves problemas e até a morte de adultos. Por fim, o autor informa sobre menores de idade que teriam sido vacinados contra a covid-19.

No dia 31 de dezembro de 2021, a Ideia Legislativa sob exame alcançou mais de 20.000 apoios e foi transformada em Sugestão, na forma da mencionada Resolução nº 19, de 2015. Ressalte-se que a iniciativa alcançou um total de 29.084 apoiamentos contabilizados, oriundos de eleitores de todas as unidades da Federação.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa. Se aprovada e convertida em projeto de lei, será então distribuída às comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Outrossim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa (CDH) deve limitar-se a fazer um juízo de admissibilidade a respeito da proposição que lhe é submetida, de modo que os demais colegiados desta Casa Legislativa possam se debruçar mais detidamente sobre a matéria e deliberar, por meio do debate democrático, sobre a conveniência e oportunidade de se instituir a medida ora proposta, bem assim sobre seus aspectos jurídicos e constitucionais.

A nosso ver, a iniciativa é meritória, pois busca, em última análise, preservar o direito à educação das crianças, garantido pelos arts. 6º, 205 e 227 da Constituição. A Carta Magna consagra ainda, em seu art. 206, I, o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, repelindo, por conseguinte, qualquer medida que implique restrições desarrazoadas ao ingresso dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A SUG nº 2, de 2022, veicula iniciativa passível de tramitação no Senado Federal, visto que é competência da União legislar sobre educação (inciso IX do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No plano infraconstitucional, destacamos a garantia do direito à educação consignado no Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que reitera a obrigação estatal de prover acesso ao ensino fundamental gratuito (inciso I do art. 54), com igualdade de condições para a admissão e permanência na escola (inciso I do art. 53).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagra, em seu art. 3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 2, de 2022, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 53.**

§ 1º

§ 2º É vedada a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 7/2022/SCOM

Brasília, 23 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 156991.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 156991

Título

Proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19"

Descrição

Escolas públicas e privadas devem ser proibidas de exigir de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19" ou que tome tal "vacina", para matrícula e acesso a qualquer coisa na escola. Sob pena de perda do alvará de funcionamento e responsabilização penal dos responsáveis, se tiver danos e/ou óbito(s) (sic)

Mais detalhes

Além de tal prática ser um tipo de segregação social, o que é inconstitucional (artigo 5º da Constituição), ainda obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos com uma injeção estranha, a qual MUITOS adultos estão tendo graves problemas e/ou MORRENDO depois de a terem tomado. E já há também notícias deste tipo de MENORES DE IDADE que tomaram essas injeções. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Carlos Lima

E-mail: carloslima.escreve@gmail.com

UF: BA

Data da publicação da ideia: 11/10/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 31/12/2021

Total de apoios contabilizados até 22/03/2022: 29.084

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=156991>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| UF | APOIOS |
|--------------|---------------|
| AC | 376 |
| AL | 224 |
| AM | 223 |
| AP | 60 |
| BA | 1.107 |
| CE | 813 |
| DF | 1.384 |
| ES | 749 |
| GO | 793 |
| MA | 183 |
| MG | 2.529 |
| MS | 310 |
| MT | 289 |
| PA | 539 |
| PB | 465 |
| PE | 760 |
| PI | 181 |
| PR | 1.711 |
| RJ | 4.464 |
| RN | 292 |
| RO | 140 |
| RR | 46 |
| RS | 1.889 |
| SC | 1.563 |
| SE | 141 |
| SP | 7.731 |
| TO | 122 |
| TOTAL | 29.084 |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | |
|-------------------|--|
| 1 AC | ADELSON RODRIGUES GONCALVES AD****@GMAIL.COM |
| 2 AC | ADJAN MARIANO DA SILVA AT****@GMAIL.COM |
| 3 AC | ADRIANA AQUINO AD****@AMADERM.COM.BR |
| 4 AC | AGNALDO ALVES DE ALMEIDA AG****@YAHOO.COM.BR |
| 5 AC | AIRTON NARDELLI JUNIOR AI****@BB.COM.BR |
| 6 AC | ALBERTO DE OLIVEIRA KLING AO****@HOTMAIL.COM |
| 7 AC | ALCILENE ARANA DA SILVA AL****@GMAIL.COM |
| 8 AC | ALDO BARBOSA AL****@GMAIL.COM |
| 9 AC | ALESSANDRA BATISTA BOTELHO AL****@GMAIL.COM |
| 10 AC | ALESSANDRA CARINE DIAS AC****@GMAIL.COM |
| 11 AC | ALESSANDRA CRISTINA ALONSO AL****@HOTMAIL.COM |
| 12 AC | ALEXANDRE ALMEIDA LIMA AL****@TERRA.COM.BR |
| 13 AC | ALEXANDRE BARRETO BA****@GMAIL.COM |
| 14 AC | ALEXANDRE LAMOUR VIANA LE****@GMAIL.COM |
| 15 AC | ALLAN ASCENDINO AL****@UOL.COM.BR |
| 16 AC | ANA CELIA GOMES PEDROSO AN****@BOL.COM.BR |
| 17 AC | ANA CRISTINA SOUTO DA SILVA CR****@GMAIL.COM |
| 18 AC | ANA GUIOMAR AN****@BOL.COM.BR |
| 19 AC | ANA KARLA MONTEIRO LIMA AK****@GMAIL.COM |
| 20 AC | ANA RAQUEL DA SILVA MARQUES SOUZA MARQUES SOUZA RA****@GMAIL.COM |
| 21 AC | ANDERSON SOUZA CA****@GMAIL.COM |
| 22 AC | ANDREA FERES ROBAY DOMINGUES AN****@YAHOO.COM.BR |
| 23 AC | ANDREA SANTOS DAMBROS DE****@GMAIL.COM |
| 24 AC | ANDREIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS AN****@GMAIL.COM |
| 25 AC | ANDREIA FERRAZ AN****@GMAIL.COM |
| 26 AC | ANDRE LUIZ AN****@GMAIL.COM |
| 27 AC | ANGELA MARCHESI AN****@GMAIL.COM |
| 28 AC | ANGELA SAMPAIO AN****@GMAIL.COM |
| 29 AC | ANTONIO FRANCISCO NEPOMUCENO DE ARAUJO BI****@GMAIL.COM |
| 30 AC | ANTONIO MAGNO DE OLIVEIRA MENEES MA****@HOTMAIL.COM |
| 31 AC | ANTONIO MESQUITA AM****@GMAIL.COM |
| 32 AC | ARLINDO SANTOS AR****@TERRA.COM.BR |
| 33 AC | ARMANDO IEZZI JR AI****@UOL.COM.BR |
| 34 AC | ARMANDO LUIZ DE AQUINO AR****@AQUINO.COM |
| 35 AC | ARMENIA OLIVEIRA RIBEIRO AR****@GMAIL.COM |
| 36 AC | AURICELIA REGINA REITZ AU****@GMAIL.COM |
| 37 AC | AYLSON DA SILVA FERREIRA AY****@GMAIL.COM |
| 38 AC | BEATRIZ MAIOLI NUNES BE****@GMAIL.COM |
| 39 AC | BERNADETE GUALBERTO GU****@HOTMAIL.COM |
| 40 AC | BERNADETE MALMEGRIM VANZELLA PE****@UOL.COM.BR |
| 41 AC | BERNARDETE JOSE DOS SANTOS DE****@GMAIL.COM |
| 42 AC | BRUNO DUNSHEE BR****@GMAIL.COM |
| 43 AC | CAMILLA DE SOUZA TEIXEIRA CA****@GMAIL.COM |
| 44 AC | CARMEN JUNE PARREIRA PA****@YAHOO.COM.BR |
| 45 AC | CARMEN LUCIA JUNQUEIRA ARANTES CA****@GMAIL.COM |
| 46 AC | CARMEN LUCIA NUNES GONCALVES CA****@YAHOO.COM.BR |
| 47 AC | CARMINHA FONSECA MD****@HOTMAIL.COM |
| 48 AC | CAROLINA CARNIELLI CA****@GMAIL.COM |
| 49 AC | CAROLINA SILVA SI****@GMAIL.COM |
| 50 AC | CELSO LUIZ CASTRO CE****@SEARA.ORG.BR |
| 51 AC | CESAR SELERI SE****@GMAIL.COM |
| 52 AC | CHRISTINE FOFA CH****@GMAIL.COM |
| 53 AC | CIDA SIQUEIRA CI****@HOTMAIL.COM |
| 54 AC | CINARA AMARAL E SILVA CI****@GMAIL.COM |
| 55 AC | CINDY MENDES DA SILVA CI****@GMAIL.COM |
| 56 AC | CIOVACCO RE RE****@GMAIL.COM |
| 57 AC | CLARICE BUENO SCOLARI CL****@HOTMAIL.COM |
| 58 AC | CLAUDIA NERES CL****@HOTMAIL.COM |
| 59 AC | CLAUDIA PEREIRA SANTOS DA SILVA CL****@GMAIL.COM |
| 60 AC | CLAUDIO ALVIM CA****@GMAIL.COM |
| 61 AC | CLAUDIO SOUZA CQ****@GMAIL.COM |
| 62 AC | CRISTINE MOREIRA PINZ CR****@YAHOO.COM |
| 63 AC | DANIELLE MATOS DA****@GMAIL.COM |
| 64 AC | DANIEL SOARES DA****@GMAIL.COM |
| 65 AC | DANILO DOMINGUES DE ANDRADE BATISTA DA****@GMAIL.COM |
| 66 AC | DAYHAP 7 DA****@GMAIL.COM |
| 67 AC | DEBORA COSTA DE****@GMAIL.COM |
| 68 AC | DEBORAH LEE ROTERT DE****@HOTMAIL.COM |
| 69 AC | DEIVA RITTER VIANA MANHAES DE****@HOTMAIL.COM |
| 70 AC | DEMOSTHENES SILVA DE****@GMAIL.COM |
| 71 AC | DENISE COSTACURTA FAHAM DE****@GMAIL.COM |
| 72 AC | DEUSIMAR EURIPEDES BARBOSA DE****@GMAIL.COM |
| 73 AC | DIDA SERRA DI****@GMAIL.COM |
| 74 AC | DINEI ANGELO DI****@GMAIL.COM |
| 75 AC | DOUGLAS APARECIDO MARCORI DA****@GMAIL.COM |
| 76 AC | DSOUSA LUCAS DE****@HOTMAIL.COM |
| 77 AC | DULCINEIA APARECIDA PEDRALI LUGLI DU****@HOTMAIL.COM |
| 78 AC | DUSANGELA RODRIGUES DU****@GMAIL.COM |
| 79 AC | ECILA MARIA BAHIA BUSTAMANTE EC****@YAHOO.COM.BR |
| 80 AC | EDSON CASTRO MARCELINO ED****@GMAIL.COM |
| 81 AC | EDUARDO CARVALHO ED****@GMAIL.COM |
| 82 AC | EFFRAIM MONTIEL ALVES FERREIRA E****@HOTMAIL.COM |
| 83 AC | ELAINE GONCALVES EL****@GMAIL.COM |
| 84 AC | ELIANE GOES DA SILVA EL****@YAHOO.COM.BR |
| 85 AC | ELIAS TARTARI CAVICHIOLI EC****@YAHOO.COM.BR |
| 86 AC | ELI DERLAM EL****@GMAIL.COM |
| 87 AC | ELISALANDI CLAUDINO BORGES LA****@HOTMAIL.COM |
| 88 AC | ELISEU APARECIDO BA****@GMAIL.COM |
| 89 AC | ELIZABETH CORREA FONSECA PICADO BE****@GMAIL.COM |
| 90 AC | ELIZABETH DENKER DE ALMEIDA BE****@HOTMAIL.COM |
| 91 AC | ELIZABETH FORTES LI****@GMAIL.COM |
| 92 AC | ELIZETH MARCOS CORONA LI****@GMAIL.COM |
| 93 AC | ELIZETH RIOS PR****@GMAIL.COM |
| 94 AC | ELLI REGINA AMORIM EL****@GMAIL.COM |
| 95 AC | EMANUELLA SALES EM****@GMAIL.COM |
| 96 AC | EMILIA GUERRA EG****@GLOBO.COM |
| 97 AC | EMILIO DE FARIAS JUNIOR EM****@GMAIL.COM |
| AC | ERIC GIL LECOQ E****@GMAIL.COM |
| AC | ERIKA SCHICK ER****@IG.COM.BR |
| AC | ERNA MARIA LINS DAMASCENO ER****@YAHOO.COM.BR |
| AC | ESTER S M FERNANDES DE GODOY ES****@HOTMAIL.COM |
| AC | EUNICE GROTKOWSKY EU****@GMAIL.COM |
| AC | EUZI OLIVEIRA EU****@HOTMAIL.COM |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | |
|-------------------|--|
| 104 | AC FABIANE SILVA FA****@GMAIL.COM |
| 105 | AC FABIOLA MELO LO****@GMAIL.COM |
| 106 | AC FABIO MAISTRO ZI****@MAC.COM |
| 107 | AC FABIO PEREIRA FA****@GMAIL.COM |
| 108 | AC FATIMA GONCALVES FA****@GMAIL.COM |
| 109 | AC FAUSTO MORETHSON FA****@GMAIL.COM |
| 110 | AC FELIPE VILLARMOSA GONZALEZ FE****@YMAIL.COM |
| 111 | AC FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO FL****@GMAIL.COM |
| 112 | AC FLAVIO FURLANETO QUINTANILHA JUNIOR FL****@GMAIL.COM |
| 113 | AC FLAVIO JORGE FL****@GMAIL.COM |
| 114 | AC FRANCISCA ARRUDA AS****@LIVE.COM |
| 115 | AC FRANCISCA MARTINS MA****@GMAIL.COM |
| 116 | AC FRANCISCO EUDES EU****@GMAIL.COM |
| 117 | AC FRANCISCO PINTO FR****@GMAIL.COM |
| 118 | AC FRANCISCO SILVA AS****@GMAIL.COM |
| 119 | AC GALILEU FILGUEIRAS GA****@GMAIL.COM |
| 120 | AC GEDHAL LINCOLN RAMOS BANDEIRA LINCOLN GE****@GMAIL.COM |
| 121 | AC GENARIO RIBEIRO GE****@GMAIL.COM |
| 122 | AC GENTE BARRETO GE****@GMAIL.COM |
| 123 | AC GIGLIANE FERREIRA DOURADO GI****@GMAIL.COM |
| 124 | AC GIOVANE GALVAO DE FREITAS LIMA FILHO GI****@GMAIL.COM |
| 125 | AC GISELA PACCIULLI SANTAROSA DIAS GI****@GMAIL.COM |
| 126 | AC GLEUCY : SEI LA GL****@GMAIL.COM |
| 127 | AC GLEYDSON VILANOVA GL****@GMAIL.COM |
| 128 | AC GRACA LOPES GR****@EDU.UNIUBE.BR |
| 129 | AC GUILHERME PRETE FUZETI GU****@GMAIL.COM |
| 130 | AC GUSTAVO ATAYDE DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM |
| 131 | AC HANIEL NEIVA PEDRO HA****@GMAIL.COM |
| 132 | AC HANRI COIFFEUR HA****@GLOBO.COM |
| 133 | AC HELLEN FABYENE HE****@HOTMAIL.COM |
| 134 | AC HELOISA GLAUCIA DE ARAUJO MAGALHAES HE****@HOTMAIL.COM |
| 135 | AC HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA HV****@GMAIL.COM |
| 136 | AC HUMBERTO MEIRA SI****@GMAIL.COM |
| 137 | AC ISAURO ITU SARTORI IS****@CICGARIBALDI.COM.BR |
| 138 | AC IVAN CELINO SILVA SILVEIRA IV****@GMAIL.COM |
| 139 | AC IVANIR MARCONI IV****@HOTMAIL.COM |
| 140 | AC IVONE PODOLOGA ALMEIDA IV****@HOTMAIL.COM |
| 141 | AC JAIR RODRIGUES CAMARGO JA****@GMAIL.COM |
| 142 | AC JANE DA SILVA BARRETO JB****@GMAIL.COM |
| 143 | AC JARBAS ALVIM AGRICOLA JA****@HOTMAIL.COM |
| 144 | AC JEAN CARLOS ALVES COSTA CA****@GMAIL.COM |
| 145 | AC JHON KENNEDY SEVERINO SALVINO JH****@HOTMAIL.COM |
| 146 | AC JOA BICUDO JO****@TERRA.COM.BR |
| 147 | AC JOANA D'ARC BEZERRA PE****@HOTMAIL.COM |
| 148 | AC JOAO ALBUQUERQUE JJ****@UOL.COM.BR |
| 149 | AC JOAO FRACARI JO****@GMAIL.COM |
| 150 | AC JOAO PAULO FLORES DA SILVA JO****@GMAIL.COM |
| 151 | AC JOAQUINA MENEZES JM****@GMAIL.COM |
| 152 | AC JOCIMARA DA SILVEIRA FERNANDES JO****@GMAIL.COM |
| 153 | AC JONAS WALDIR BE****@HOTMAIL.COM |
| 154 | AC JORGE CARREIRO JO****@HOTMAIL.COM |
| 155 | AC JORGE LIMA JH****@GMAIL.COM |
| 156 | AC JORGE LUIZ PEREIRA DE LIMA JO****@HOTMAIL.COM |
| 157 | AC JOSE ACLINIO GONCALVES DOS SANTOS AC****@GMAIL.COM |
| 158 | AC JOSE BARBOSA ID****@GMAIL.COM |
| 159 | AC JOSE HENRIQUE MOREIRA PILLAR JH****@GMAIL.COM |
| 160 | AC JOSE LACERDA OFICIAL JO****@GMAIL.COM |
| 161 | AC JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM |
| 162 | AC JOSUE MOTA JO****@GMAIL.COM |
| 163 | AC JULIO CESAR DA ROCHA CE****@UOL.COM.BR |
| 164 | AC JUSSARA GOMES DOS SANTOS LO****@HOTMAIL.COM |
| 165 | AC JUSSARA MARIA DE ANDRADE JD****@GMAIL.COM |
| 166 | AC KAMYLA SUYANNE KA****@GMAIL.COM |
| 167 | AC KARINA AGUIAR DE FREITAS KA****@HOTMAIL.COM |
| 168 | AC KARINA YUKO ABE KA****@HOTMAIL.COM |
| 169 | AC KATIA QUEIROZ CA****@GMAIL.COM |
| 170 | AC KEILA ROSA KE****@GMAIL.COM |
| 171 | AC KEVYN ALVES KE****@GMAIL.COM |
| 172 | AC KLEBER APAZA KL****@GMAIL.COM |
| 173 | AC LACIONE PEDROSA MAIA LA****@HOTMAIL.COM |
| 174 | AC LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO LA****@GMAIL.COM |
| 175 | AC LEANDRO TAVARES VERONEZ LE****@GMAIL.COM |
| 176 | AC LEILA ROCHA LE****@HOTMAIL.COM |
| 177 | AC LENON REAPER LE****@GMAIL.COM |
| 178 | AC LEONARDO BORGES LE****@HOTMAIL.COM |
| 179 | AC LEONARDO SIDONIO LM****@HOTMAIL.COM |
| 180 | AC LEONARDO VIANA MARTINS LE****@GMAIL.COM |
| 181 | AC LEONICE REJANE RIBEIRO TH****@GMAIL.COM |
| 182 | AC LEONIDA HILLESHEIM LE****@GMAIL.COM |
| 183 | AC LEONIDAS DA SILVA LE****@HOTMAIL.COM |
| 184 | AC LIDIMAR RS LI****@GMAIL.COM |
| 185 | AC LILIAM CARDOSO DE CARVALHO ES****@HOTMAIL.COM |
| 186 | AC LILIAN BITTENCOURT AR****@HOTMAIL.COM |
| 187 | AC LILIAN BRUNS LI****@GMAIL.COM |
| 188 | AC LILIAN VARANDA PEREIRA LI****@GMAIL.COM |
| 189 | AC LISIANE GASSEN LI****@YAHOO.COM.BR |
| 190 | AC LIVIAN MAIA LI****@GMAIL.COM |
| 191 | AC LUCAS GARCIA CORSINO LU****@GMAIL.COM |
| 192 | AC LUCAS MAXIMO ALVES LU****@GMAIL.COM |
| 193 | AC LUCIA AMARAL LA****@GMAIL.COM |
| 194 | AC LUCIANA DE ARRUDA E ABRANTES FERREIRA LU****@GMAIL.COM |
| 195 | AC LUCIANA MARTINS TEIXEIRA LINDNER LU****@UNIPAMPA.EDU.BR |
| 196 | AC LUCILLA PEDRINI LU****@GMAIL.COM |
| 197 | AC LUIS ANTONIO ASSEF DELGADO LU****@UOL.COM.BR |
| 198 | AC LUIS FERNANDO BROSSI LF****@GMAIL.COM |
| 199 | AC LUIS FERNANDO DIAS DA SILVA LF****@TERRA.COM.BR |
| 200 | AC LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM |
| | AC LUIZ ALFREDO MENDES DOS SANTOS LU****@TERRA.COM.BR |
| | AC LUIZ CARLOS DEL CARLO ROMANI LU****@HOTMAIL.COM |
| | AC LUIZ CLAUDIO BARBEDO FROES FR****@HOTMAIL.COM |
| | AC LUZALDO OLIVEIRA FC****@GMAIL.COM |
| | AC LUZIE FONTOURA SARAIVA MORETTI LU****@HOTMAIL.COM |
| | AC MAGDA LUNARDI VARGAS MATIOTTI MA****@YAHOO.COM.BR |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | | |
|-------------------|----|--|
| 207 | AC | MAIRA LUZ DA VIDA MA****@LUZDAVIDA.ORG.BR |
| 208 | AC | MAIZA COSTA NEIVA FA****@GMAIL.COM |
| 209 | AC | MAKLINA DOS SANTOS ALMEIDA MA****@HOTMAIL.COM |
| 210 | AC | MANOEL HENRIQUE DE AMORIM FILHO AM****@YAHOO.COM |
| 211 | AC | MARCELO ALVES LIMA MA****@GMAIL.COM |
| 212 | AC | MARCELO CHINELO RW****@GMAIL.COM |
| 213 | AC | MARCELO DE OLIVEIRA MZ****@GMAIL.COM |
| 214 | AC | MARCELO LUIZ VIANA DA SILVA MA****@GMAIL.COM |
| 215 | AC | MARCELO SILVA DA CUNHA CU****@GMAIL.COM |
| 216 | AC | MARCIA COLARES MA****@HOTMAIL.COM |
| 217 | AC | MARCIA DIAS BRAGA MA****@HOTMAIL.COM |
| 218 | AC | MARCIA KAMINSKI MA****@YAHOO.COM.BR |
| 219 | AC | MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM |
| 220 | AC | MARCIA RIO MA****@GMAIL.COM |
| 221 | AC | MARCIA SAKURAY MA****@GMAIL.COM |
| 222 | AC | MARCIA TERRAFINO MA****@GMAIL.COM |
| 223 | AC | MARCIO SEIXA MA****@HOTMAIL.COM |
| 224 | AC | MARCOS GURGEL DE LIMA ZE****@GMAIL.COM |
| 225 | AC | MARCOS MD TECNOLOGIA MA****@GMAIL.COM |
| 226 | AC | MARCUS ANIBAL OLIVE DE MORAES MA****@GMAIL.COM |
| 227 | AC | MARFISA MESQUITA MOREIRA MA****@GMAIL.COM |
| 228 | AC | MARGARETE ALMEIDA QUADROS MA****@GMAIL.COM |
| 229 | AC | MARGARETE EDUL PRADO LOPES MA****@GMAIL.COM |
| 230 | AC | MARIA APARECIDA H. C. SANTANA CI****@HOTMAIL.COM |
| 231 | AC | MARIA AUXILIADORA ANTUNES DO****@HOTMAIL.COM |
| 232 | AC | MARIA BEATRIZ DUQUE DE OLIVEIRA BI****@HOTMAIL.COM |
| 233 | AC | MARIA CIDALIA APONCHIK LI****@GMAIL.COM |
| 234 | AC | MARIA CRISTINA BECCATO CR****@STERN.COM.BR |
| 235 | AC | MARIA DA GRACA SPESSOTO BITTAR PENNA DA****@YAHOO.COM.BR |
| 236 | AC | MARIA DAS GRACAS MARTINS MG****@GMAIL.COM |
| 237 | AC | MARIA DE LOURDES DUARTE SETTE LO****@GMAIL.COM |
| 238 | AC | MARIA DO CARMO SILVA MA****@UOL.COM.BR |
| 239 | AC | MARIA EDUARDA MARCIEL FEITOSA DUDA MA****@GMAIL.COM |
| 240 | AC | MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA VI****@GMAIL.COM |
| 241 | AC | MARIA HELENA DA SILVA CANGIANO MH****@HOTMAIL.COM |
| 242 | AC | MARIA JESUS MA****@GMAIL.COM |
| 243 | AC | MARIA LUCIA LIMA E SILVA MILTON LU****@HOTMAIL.COM |
| 244 | AC | MARIA LUCIA LOPES OLIVER ML****@GMAIL.COM |
| 245 | AC | MARIA OLIVEIRA ZZ****@GMAIL.COM |
| 246 | AC | MARIA ROSELIA MARQUES LOPES MR****@GMAIL.COM |
| 247 | AC | MARIA SANTOS NI****@YAHOO.COM.BR |
| 248 | AC | MARIA SILVIA DE OLIVEIRA MS****@GMAIL.COM |
| 249 | AC | MARIA STELLA PAULA FREITAS ST****@GMAIL.COM |
| 250 | AC | MARIA TEREZA GALVAO FERNANDES MA****@GMAIL.COM |
| 251 | AC | MARIA TEREZA MAGALHAES MESQUITA TE****@GMAIL.COM |
| 252 | AC | MARIEDNA SOBREIRA MA****@GMAIL.COM |
| 253 | AC | MARLENE DA SILVA DANTAS MA****@YAHOO.COM.BR |
| 254 | AC | MARLENE GERALDO DE QUEIROZ MA****@HOTMAIL.COM |
| 255 | AC | MARLUCE COSTA STOLL MA****@GMAIL.COM |
| 256 | AC | MARLY CARLA MA****@HOTMAIL.COM |
| 257 | AC | MARTHA MONTEIRO MARIANO MM****@YAHOO.COM.BR |
| 258 | AC | MAURICIO BATISTA DE MOURA MA****@HOTMAIL.COM |
| 259 | AC | MAURICIO OLIVERA FURTADO MA****@HOTMAIL.COM |
| 260 | AC | MAURO NIEHUES DE FARIAS MA****@HOTMAIL.COM |
| 261 | AC | MICHELE PEREIRA DE LIMA MI****@YAHOO.COM.BR |
| 262 | AC | MICHELLE CARDIM DE AZEVEDO MI****@GMAIL.COM |
| 263 | AC | MILENA MARIA SOARES PRIORI MS****@YAHOO.COM.BR |
| 264 | AC | MILENE DEL FIORE FI****@GMAIL.COM |
| 265 | AC | MILTON XAVIER MI****@GMAIL.COM |
| 266 | AC | MIRAIDE BORGES BO****@GMAIL.COM |
| 267 | AC | MIRIAM LARANJEIRA MALTO MA****@HOTMAIL.COM |
| 268 | AC | MIRIAN LOPES IMBROISI ML****@GMAIL.COM |
| 269 | AC | MOISES VIEIRA MO****@GMAIL.COM |
| 270 | AC | MONICA ILENBURG PIMENTA MO****@GMAIL.COM |
| 271 | AC | MONICA MARIA FERREIRA LACERDA MO****@GMAIL.COM |
| 272 | AC | MONICA MILLER MAIA MO****@LIVE.COM |
| 273 | AC | NATALIA RODRIGUES NA****@HOTMAIL.COM |
| 274 | AC | NATALICIA ARAUJO DO COUTO NA****@YAHOO.COM.BR |
| 275 | AC | NATHALIA ASSIMOS NA****@HOTMAIL.COM |
| 276 | AC | NEIDE ROVAY NF****@GMAIL.COM |
| 277 | AC | NELSON COSTA NE****@GMAIL.COM |
| 278 | AC | NELSON GOMES TOLENTINO NE****@GMAIL.COM |
| 279 | AC | NELSON LEOMAR GEWEHR NE****@GMAIL.COM |
| 280 | AC | NILCIMAR DO AMARAL MONTEIRO NI****@HOTMAIL.COM |
| 281 | AC | NILZANE ROCHA ARNDT NI****@HOTMAIL.COM |
| 282 | AC | NORTON A. VIEIRA FRITZSCHE NO****@GMAIL.COM |
| 283 | AC | ODAIR CIRILO OD****@GMAIL.COM |
| 284 | AC | OLIVEIROS XAVIER DE OLIVEIRA OL****@GMAIL.COM |
| 285 | AC | ORIVALDO SOUZA OR****@GMAIL.COM |
| 286 | AC | PATRICIA PINHEIRO PA****@HOTMAIL.COM |
| 287 | AC | PATRICIA SILVEIRA PA****@GMAIL.COM |
| 288 | AC | PAULO AUGUSTO PA****@GMAIL.COM |
| 289 | AC | PAULO FINOCCHIARO FI****@UOL.COM.BR |
| 290 | AC | PAULO GOUVEIA PA****@GMAIL.COM |
| 291 | AC | PAULO HENRIQUE DE SOUZA PA****@GMAIL.COM |
| 292 | AC | PAULO ROSA PC****@GMAIL.COM |
| 293 | AC | P C LOMBA LO****@GMAIL.COM |
| 294 | AC | PETERSON HAINE PE****@YAHOO.COM.BR |
| 295 | AC | PRISCILA GORRI DIAS PR****@GMAIL.COM |
| 296 | AC | PUBLICO JOSE DA SILVA GABRIEL PJ****@GMAIL.COM |
| 297 | AC | RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA RA****@ICLOUD.COM |
| 298 | AC | RAFAEL FERNANDES RA****@GMAIL.COM |
| 299 | AC | RAMON COSTA RA****@GMAIL.COM |
| 300 | AC | REGINALDO DE SOUZA PIMENTEL PIMENTEL RE****@GMAIL.COM |
| 301 | AC | REGININHA CELLO RE****@GMAIL.COM |
| 302 | AC | REGIS MICHALSKI RE****@GMAIL.COM |
| 303 | AC | RENATA TONETO DE MELO VIDAL RE****@GMAIL.COM |
| | | AC RIANNE MARTINS RI****@GMAIL.COM |
| | | AC RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI MI****@GMAIL.COM |
| | | AC RITA DE CASSIA SOARES RI****@GMAIL.COM |
| | | AC ROBERTA DO NASCIMENTO SILVA RO****@HOTMAIL.COM |
| | | AC ROBERTO PAULO DE AZEVEDO AZEVEDO RO****@GMAIL.COM |
| | | AC ROBSON GALVAO RO****@GMAIL.COM |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | | |
|-------------------|----|---|
| 310 | AC | RODRIGO MIRANDA RO****@GMAIL.COM |
| 311 | AC | RONALDO BRUM RO****@GMAIL.COM |
| 312 | AC | ROSEANE NEVES RO****@GMAIL.COM |
| 313 | AC | ROSENOR DUTRA MURRER RO****@HOTMAIL.COM |
| 314 | AC | ROSIMARY BARBOSA DE MOURA RO****@HOTMAIL.COM |
| 315 | AC | RUDE FREIRE RH****@YAHOO.COM.BR |
| 316 | AC | - R UL****@GMAIL.COM |
| 317 | AC | RUTINHA RUTE RU****@GMAIL.COM |
| 318 | AC | SANDRA CHAVES SA****@GMAIL.COM |
| 319 | AC | SANDRA DA COSTA SA****@GMAIL.COM |
| 320 | AC | SARAH ALCOLUMBRE SA****@GMAIL.COM |
| 321 | AC | SAULO FABRICIO SM****@YAHOO.COM.BR |
| 322 | AC | SEBASTIAO LUIZ PIRES VARGAS SE****@GMAIL.COM |
| 323 | AC | SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES SE****@GMAIL.COM |
| 324 | AC | SERGIO FERREIRA DA SILVA SF****@GMAIL.COM |
| 325 | AC | SHEILA MARIA FERREIRA DE PAULA SH****@GMAIL.COM |
| 326 | AC | SHIRLEY OLIVEIRA LC****@GMAIL.COM |
| 327 | AC | SILMARA G TELES SI****@GMAIL.COM |
| 328 | AC | SILVANA GATTO MADEIRA SM****@HOTMAIL.COM |
| 329 | AC | SILVIA CRISTINA BELTRAO WINIAWER SI****@GMAIL.COM |
| 330 | AC | SILVIA FEITOSA DE A L BABADOPULOS SI****@YAHOO.COM.BR |
| 331 | AC | SIMONE CRISTINA DE FREITAS RUZAFI SC****@GMAIL.COM |
| 332 | AC | SONIA FERNANDES WS****@GMAIL.COM |
| 333 | AC | SONIA MARCIA VELTEN RANGEL RA****@HOTMAIL.COM |
| 334 | AC | SONIA M SMAB SO****@HOTMAIL.COM |
| 335 | AC | SONIA PRACIANO SO****@GMAIL.COM |
| 336 | AC | SONIDEIA ALVES SO****@HOTMAIL.COM |
| 337 | AC | STROVSKOVSKY FERRER DE MELO BRANDAO ST****@GMAIL.COM |
| 338 | AC | STUART DE BORBA E VELOSO ST****@YAHOO.COM.BR |
| 339 | AC | SUELI APARECIDA BOLDARINI MIRANDA PA****@HOTMAIL.COM |
| 340 | AC | SURAIÁ DE SOUSA LIMA STRAFACCI SU****@HOTMAIL.COM |
| 341 | AC | TACITA VILELA REIS TA****@SUPERIG.COM.BR |
| 342 | AC | TAISA ZUANAZZI POMPONI TA****@GMAIL.COM |
| 343 | AC | TAIS BUENO TA****@GMAIL.COM |
| 344 | AC | TALITA MORAIS TA****@GMAIL.COM |
| 345 | AC | TANIA VILLAS-BOAS TV****@GMAIL.COM |
| 346 | AC | TATIANA CAMARGO FERNANDES CC****@HOTMAIL.COM |
| 347 | AC | TERESA C. ALTOE TE****@GMAIL.COM |
| 348 | AC | TERESA CHIODETTO TE****@GMAIL.COM |
| 349 | AC | TERESA ROSITO TE****@GMAIL.COM |
| 350 | AC | TERESA VIEIRA GAMA TV****@TERRA.COM.BR |
| 351 | AC | THACITA MELO GOMES TH****@HOTMAIL.COM |
| 352 | AC | THEREZINHA GROLLA TE****@GMAIL.COM |
| 353 | AC | TICHE DAVIS TI****@HOTMAIL.COM |
| 354 | AC | TOMAZ TOLEDO TO****@GMAIL.COM |
| 355 | AC | UDILEA SARMENTO UD****@GMAIL.COM |
| 356 | AC | VALERIA GONCALVES SRUR VA****@UOL.COM.BR |
| 357 | AC | VALERIA MARIA GONCALVES SOLIS VA****@GMAIL.COM |
| 358 | AC | VANESSA COUPE VA****@GMAIL.COM |
| 359 | AC | VANIA AVELAR FERREIRA VA****@GMAIL.COM |
| 360 | AC | VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA VE****@GMAIL.COM |
| 361 | AC | VERA LUCIA SILVEIRA DOS SANTOS VE****@TERRA.COM.BR |
| 362 | AC | VERONICA GONCALVES DA SILVA VE****@GMAIL.COM |
| 363 | AC | VICENTE CELSO TONDO VT****@GMAIL.COM |
| 364 | AC | VILMA DOS SANTOS LAGE DALMEIDA VI****@TERRA.COM.BR |
| 365 | AC | VILSON BERTELLI VB****@TERRA.COM.BR |
| 366 | AC | VINICIUS BRINA GRAMISCELLI VI****@IG.COM.BR |
| 367 | AC | VINICIUS SANTOLIM VI****@GMAIL.COM |
| 368 | AC | VINICIUS SENA DE LIMA VS****@GMAIL.COM |
| 369 | AC | WAGNER FARIA BARBOSA BA****@GMAIL.COM |
| 370 | AC | WAGNER FERREIRA BEBEDETI SW****@GMAIL.COM |
| 371 | AC | WALKIRIE MOURA DE AZEVEDO SENA WA****@TJAC.JUS.BR |
| 372 | AC | WANDERLEY JOSE DA SILVA LE****@GMAIL.COM |
| 373 | AC | WELITON DE SOUZA BATBOSA WO****@GMAIL.COM |
| 374 | AC | WILLIAM MAIA WM****@GMAIL.COM |
| 375 | AC | WILTON COELHO WI****@GMAIL.COM |
| 376 | AC | XANDA PRADO XA****@HOTMAIL.COM |
| 377 | AL | ABILIO DOS SANTOS TARELHO FILHO AB****@HOTMAIL.COM |
| 378 | AL | AIRTON SILVA AS****@GMAIL.COM |
| 379 | AL | ALANNA NATALY LOPES AMARO AL****@ALUNO.EDUCACAO.PE.GOV.BR |
| 380 | AL | ALBA TRINDADE AL****@GMAIL.COM |
| 381 | AL | ALDO CEZA SILVA DI****@GMAIL.COM |
| 382 | AL | ALEXANDRE GOMES XA****@GMAIL.COM |
| 383 | AL | ALEXANDRE TENORIO FREIRE AL****@HOTMAIL.COM |
| 384 | AL | ALEX BAR AL****@GMAIL.COM |
| 385 | AL | ALFREDO RODRIGUES CAMARA AL****@GMAIL.COM |
| 386 | AL | ALINEBRANDAO@GMAIL.COM BRANDAO AL****@GMAIL.COM |
| 387 | AL | ALINE MONTEIRO AL****@GMAIL.COM |
| 388 | AL | ALLAN TEIXEIRA AL****@GMAIL.COM |
| 389 | AL | AMADEU ELIZEU RIBEIRO NETO AM****@UOL.COM.BR |
| 390 | AL | AMANDA MOURA CALDAS AM****@GMAIL.COM |
| 391 | AL | AMELIA AGUIAR AM****@GMAIL.COM |
| 392 | AL | ANADEGE DANTAS AN****@GMAIL.COM |
| 393 | AL | ANA KARLA DA SILVA NAZARIO AN****@GMAIL.COM |
| 394 | AL | ANDERSON PONTES PINTO AN****@GMAIL.COM |
| 395 | AL | ANDREA CARLA SANTOS AN****@GMAIL.COM |
| 396 | AL | ANDREA LIMA AN****@HOTMAIL.COM |
| 397 | AL | ANDRE BENVINDO NUNES AN****@GMAIL.COM |
| 398 | AL | ANDRE HENRIQUE DE LIMA ANTUNES AN****@GMAIL.COM |
| 399 | AL | ANGELA FERREIRA AN****@GMAIL.COM |
| 400 | AL | ANTONIO CARLOS TENORIO DA SILVA AN****@GMAIL.COM |
| 401 | AL | ARCHIDEIA CERQUEIRA DE****@GMAIL.COM |
| 402 | AL | ARIANY KARLA GUIMARAES RIOS AR****@HOTMAIL.COM |
| 403 | AL | AUGUSTO SOARES AU****@GMAIL.COM |
| 404 | AL | AVERDADE AVDD NA****@GMAIL.COM |
| 405 | AL | BC NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM |
| 406 | AL | BRUNA COSTA B.****@GMAIL.COM |
| | AL | BRUNA FERREIRA BR****@GMAIL.COM |
| | AL | BRUNO MALTA BW****@GMAIL.COM |
| | AL | CARLOS ALFREDO DE FARIAS COSTA CA****@GMAIL.COM |
| | AL | CARLOS ARAUJO CA****@GMAIL.COM |
| | AL | CARLOS FABIANO DA SILVA FA****@GMAIL.COM |
| | AL | CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA CA****@GMAIL.COM |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | | |
|-------------------|----|---|
| 413 | AL | CAROLINE VIEIRA MCL CA****@GMAIL.COM |
| 414 | AL | CASSIANA PAULA DA SILVA CA****@GMAIL.COM |
| 415 | AL | CHARDAO FIGUEIRA RI****@GMAIL.COM |
| 416 | AL | CHRISTIANE DA SILVA VIANA CM****@GMAIL.COM |
| 417 | AL | CICERA ALVES MONTE CI****@GMAIL.COM |
| 418 | AL | CINARA DA SILVA FERREIRA SO****@GMAIL.COM |
| 419 | AL | CIVANILDO COSTA CI****@GMAIL.COM |
| 420 | AL | CLAITON REIS CL****@OUTLOOK.COM |
| 421 | AL | CLAUDIA ARAUJO CO****@GMAIL.COM |
| 422 | AL | CLAUDIA IARA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS CA****@YAHOO.COM.BR |
| 423 | AL | CLAUDIO FERREIRA SOARES CF****@GMAIL.COM |
| 424 | AL | CREUZA MARIA CR****@GMAIL.COM |
| 425 | AL | CRWL3Y GAMEPLAY E TUTORIAS KA****@GMAIL.COM |
| 426 | AL | DANUBIO CARVALHO DA****@GMAIL.COM |
| 427 | AL | DAVID ALEXANDRE ARSENIO ARSENIO DA****@HOTMAIL.COM |
| 428 | AL | DEISE ESTEVES DE****@GMAIL.COM |
| 429 | AL | DEISE FERREIRA ESTEVES ES****@GMAIL.COM |
| 430 | AL | DEISYANNE RIBEIRO DE****@GMAIL.COM |
| 431 | AL | DENISE LOBO MEIRELES DE****@CLOUD.COM |
| 432 | AL | DOM CORADO GI****@GMAIL.COM |
| 433 | AL | DULCE MELO DU****@GMAIL.COM |
| 434 | AL | EDNA FIGUEIREDO DE ARAUJO ED****@GMAIL.COM |
| 435 | AL | EDSON SANTOS J.****@GMAIL.COM |
| 436 | AL | EDVANIA COSMO GONCALVES VA****@GMAIL.COM |
| 437 | AL | ELAINE PATRICIA GOMES MELO EP****@YAHOO.COM.BR |
| 438 | AL | ELIDIANE TENORIO JUSTINO LE****@GMAIL.COM |
| 439 | AL | ELINEVES SILVA EL****@GMAIL.COM |
| 440 | AL | ELIZABETE SOUZA TA****@GMAIL.COM |
| 441 | AL | ELIZABETH TENORIO BE****@GMAIL.COM |
| 442 | AL | ELLEN BRITO EL****@GMAIL.COM |
| 443 | AL | ELOAR DINIZ MESQUITA EL****@GMAIL.COM |
| 444 | AL | ELSON COX JUNIOR EC****@GMAIL.COM |
| 445 | AL | ELVANDE RIBEIRO SILVA EL****@GMAIL.COM |
| 446 | AL | EMERSON RODRIGUES RO****@GMAIL.COM |
| 447 | AL | ERICO LINS DE MOURA ER****@GMAIL.COM |
| 448 | AL | ERIVALDO DA SILVA ER****@GMAIL.COM |
| 449 | AL | ERIVELTON MIRANDA DA SILVA ER****@GMAIL.COM |
| 450 | AL | EUCLYDES AUGUSTO UCHOA GOMES EU****@HOTMAIL.COM |
| 451 | AL | FABIANA MAIA NOBRE ROCHA ARRAES FA****@GMAIL.COM |
| 452 | AL | FABIANA SANTIAGO FA****@GMAIL.COM |
| 453 | AL | FABIANO SOARES DE ALCANTARA FA****@GMAIL.COM |
| 454 | AL | FABINHO COSTA PESSOA FA****@GMAIL.COM |
| 455 | AL | FABIO ARAUJO MONTEIRO FA****@HOTMAIL.COM |
| 456 | AL | FABRICIO PACHECO CAMBOIM GONCALVES FA****@HOTMAIL.COM |
| 457 | AL | FATIMA FERREIRA LIMA FA****@HOTMAIL.COM |
| 458 | AL | FELIPE ALVES SR****@GMAIL.COM |
| 459 | AL | FERNANDA MONTENEGRO MO****@HOTMAIL.COM |
| 460 | AL | FLIVIA OLIVEIRA COSTA FL****@HOTMAIL.COM |
| 461 | AL | FRANCINE MENDONCA FS****@GMAIL.COM |
| 462 | AL | FRANCISCO ANTONIO CARLOS FC****@GMAIL.COM |
| 463 | AL | FRANKLIN FREITAS MONTE BISPO FR****@CASAL.AL.GOV.BR |
| 464 | AL | FREDERICO CARDOSO FR****@GMAIL.COM |
| 465 | AL | GABI AMORIM RODRIGUES AN****@GMAIL.COM |
| 466 | AL | GABRIEL GAMES SI****@GMAIL.COM |
| 467 | AL | GEILDO ARAUJO DA SILVA GE****@HOTMAIL.COM |
| 468 | AL | GERSON MORAIS PI****@GMAIL.COM |
| 469 | AL | GILMAN DE OLIVEIRA BATISTA GI****@GMAIL.COM |
| 470 | AL | GILMAYARA PEREIRA GI****@GMAIL.COM |
| 471 | AL | GILSON CANDIDO DE ALMEIDA GI****@HOTMAIL.COM |
| 472 | AL | GIULLIANO PEIXOTO GONCALVES GI****@HOTMAIL.COM |
| 473 | AL | GRAZIELLE DE FARIAS ALMEIDA GR****@HOTMAIL.COM |
| 474 | AL | GUSTAVO TONIN GU****@GMAIL.COM |
| 475 | AL | HAILTON JOSE SANTANA LISBOA LI****@GMAIL.COM |
| 476 | AL | HELENO SILVA HE****@GMAIL.COM |
| 477 | AL | HENRIQUE TADEU TAVARES D'ALMEIDA LINS RI****@HOTMAIL.COM |
| 478 | AL | HIRAM MAIA VIEIRA HI****@GMAIL.COM |
| 479 | AL | HUDSON CORREIA HU****@GMAIL.COM |
| 480 | AL | HUGO ALEXANDRE SALES DE GOES HA****@GMAIL.COM |
| 481 | AL | IARA BARBOSA IA****@GMAIL.COM |
| 482 | AL | ILITIA CAVALCANTE IL****@GMAIL.COM |
| 483 | AL | ILSON M. S. PRAZERES IL****@GMAIL.COM |
| 484 | AL | I'M NOT PERFECT NA****@GMAIL.COM |
| 485 | AL | INES DE FATIMA DE AZEVEDO JACINTO INOJOSA IN****@UOL.COM.BR |
| 486 | AL | IVANIA LUIZ IV****@GMAIL.COM |
| 487 | AL | IVANILDA CONCEICAO IV****@GMAIL.COM |
| 488 | AL | IVO LERMEN LE****@GMAIL.COM |
| 489 | AL | IZABEL LINS LO****@GMAIL.COM |
| 490 | AL | JACK NILSON NEORIO GONZAGA JA****@HOTMAIL.COM |
| 491 | AL | JANGO FREEMAN JA****@GMAIL.COM |
| 492 | AL | JANIO SILVA JA****@GMAIL.COM |
| 493 | AL | JENNIFER MOTA JE****@GMAIL.COM |
| 494 | AL | JESSICA YNGRID VANDERLEI LISBOA JE****@HOTMAIL.COM |
| 495 | AL | JOAO BATISTA BARROS JB****@HOTMAIL.COM |
| 496 | AL | JOAO VICTOR CAVALCANTI FERREIRA JO****@GMAIL.COM |
| 497 | AL | JOCINEIDE MELO JO****@GMAIL.COM |
| 498 | AL | JOFRE DIAS FILHO JO****@HOTMAIL.COM |
| 499 | AL | JOSE CARLOS BEZERRA MR****@GMAIL.COM |
| 500 | AL | JOSE JORGE DE ARAUJO JO****@HOTMAIL.COM |
| 501 | AL | JOSE PETRUCIO SOARES DA SILVA JP****@HOTMAIL.COM |
| 502 | AL | JOSE SILVA WH****@GMAIL.COM |
| 503 | AL | JOSIANE LIBERATO JO****@GMAIL.COM |
| 504 | AL | KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL KA****@HOTMAIL.COM |
| 505 | AL | KEMUEL LIMA KE****@GMAIL.COM |
| 506 | AL | KENNETH IAGO GRANJA KE****@GMAIL.COM |
| 507 | AL | KLEBER DE CASTRO LINS KL****@HOTMAIL.COM |
| 508 | AL | KRISTHYNA REGIS DE MELLO DR****@MSN.COM |
| 509 | AL | LAUDICEA CANDIDO DE OLIVEIRA LA****@GMAIL.COM |
| | AL | LEILA ANDREA LESSA LIMA DE MEDEIROS LE****@HOTMAIL.COM |
| | AL | LICIA FERNANDES LI****@GMAIL.COM |
| | AL | LILLIAN GRASSE FRAGOSO GUIMARAES LI****@HOTMAIL.COM |
| | AL | LIVIA NATALIA VICENTE DE LIMA LL****@GMAIL.COM |
| | AL | LUANDA ROSA COSTA LINS LU****@YAHOO.COM |
| | AL | LUCIA HELENA BRAZ REIS DA SILVA LH****@GMAIL.COM |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | | |
|-------------------|----|--|
| 516 | AL | LUCIANO GATO LU****@GMAIL.COM |
| 517 | AL | LUIS ELIAS PEREIRA LU****@GMAIL.COM |
| 518 | AL | MACIEL VIEIRA SANDES MA****@GMAIL.COM |
| 519 | AL | MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM |
| 520 | AL | MANUELA MADEIROS BASTOS CORDEIRO MM****@OUTLOOK.COM |
| 521 | AL | MARBIANA TEIXEIRA TE****@GMAIL.COM |
| 522 | AL | MARCELO CARDOSO MA****@GMAIL.COM |
| 523 | AL | MARCELO HILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA MA****@UOL.COM.BR |
| 524 | AL | MARCIANO DA SILVA MA****@GMAIL.COM |
| 525 | AL | MARCOS ANTONIO A DOS SANTOS MARCOS MA****@GMAIL.COM |
| 526 | AL | MARCOS ANTONIO DE ARAUJO MA****@HOTMAIL.COM |
| 527 | AL | MARCOS CARDOSO RAMOS CA****@GMAIL.COM |
| 528 | AL | MARIA AMELIA PEIXOTO PATURY GALVAO MA****@GMAIL.COM |
| 529 | AL | MARIA CRISTIANE PEREIRA DE AMORIM CR****@HOTMAIL.COM |
| 530 | AL | MARIA DALVA DA****@GMAIL.COM |
| 531 | AL | MARIA JOSE SILVA LEITE MI****@GMAIL.COM |
| 532 | AL | MARIELZA GURGEL MA****@GMAIL.COM |
| 533 | AL | MARILIA LESSA MA****@GMAIL.COM |
| 534 | AL | MARINALDO BISPO MA****@GMAIL.COM |
| 535 | AL | MARIO JUNIOR MA****@GMAIL.COM |
| 536 | AL | MAURICIO DE ANDRADE SILVA FILHO MA****@YAHOO.COM.BR |
| 537 | AL | MILENA OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM |
| 538 | AL | MIRELA BORGES MI****@BOL.COM.BR |
| 539 | AL | NANDO DA SILVA NA****@GMAIL.COM |
| 540 | AL | NICOLAS ALBUQUERQUE NI****@GMAIL.COM |
| 541 | AL | NIKOLAS HANOKH NI****@GMAIL.COM |
| 542 | AL | NOVAES NOVAES MI****@HOTMAIL.COM |
| 543 | AL | ORLANDO BARBOSA OR****@GMAIL.COM |
| 544 | AL | ORLANDO MARCOS LIMA FERNANDES MA****@GMAIL.COM |
| 545 | AL | PATRICIA SIQUEIRA PA****@GMAIL.COM |
| 546 | AL | PAULECIO ALVES PEREIRA MC****@GMAIL.COM |
| 547 | AL | PAULO BREDA PA****@GMAIL.COM |
| 548 | AL | PEDRO HENRIQUE LIRA PE****@GMAIL.COM |
| 549 | AL | PEDRO SEVE PE****@GMAIL.COM |
| 550 | AL | PEDRO SILVA PE****@GMAIL.COM |
| 551 | AL | POLIANA ROCHA AN****@GMAIL.COM |
| 552 | AL | PROFANE LAST LA****@GMAIL.COM |
| 553 | AL | RANI SILVA RH****@GMAIL.COM |
| 554 | AL | RAYANNE HONORATO RA****@GMAIL.COM |
| 555 | AL | REJANE MENDES RE****@GMAIL.COM |
| 556 | AL | RICARDO MACEDO CAMELO RI****@UOL.COM.BR |
| 557 | AL | RINALDO GUEDES RAPASSI RI****@GMAIL.COM |
| 558 | AL | RITA DE CASSIA ARAUJO GONCALVES RI****@HOTMAIL.COM |
| 559 | AL | RITA DE CASSIA VIEIRA MALTA RI****@GMAIL.COM |
| 560 | AL | RITA MENDONCA RI****@GMAIL.COM |
| 561 | AL | ROBBEN LIOTTI RO****@GMAIL.COM |
| 562 | AL | ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO PE****@GMAIL.COM |
| 563 | AL | ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO RW****@BOL.COM.BR |
| 564 | AL | RODRIGO ANTONIO GUEDES DA SILVA TO****@GMAIL.COM |
| 565 | AL | RODRIGO ANTONIO PE****@GMAIL.COM |
| 566 | AL | RODRIGO HENRIQUE DE JESUS TEMOTEIO RO****@HOTMAIL.COM |
| 567 | AL | ROMARIO MACHADO RO****@GMAIL.COM |
| 568 | AL | RONALDO BECO RO****@GMAIL.COM |
| 569 | AL | ROOSEVELT OMENA DR****@GMAIL.COM |
| 570 | AL | ROSANAARAUJO369 ARAUJO AR****@GMAIL.COM |
| 571 | AL | RUTECLEA GOMES DE ANDRADE RU****@GMAIL.COM |
| 572 | AL | SAMUEL ROCHA DOS SANTOS SU****@GMAIL.COM |
| 573 | AL | SANDERSON BEZERRA CE****@GMAIL.COM |
| 574 | AL | SANDRA CRISTINA DOS SANTOS LIRA SA****@HOTMAIL.COM |
| 575 | AL | SANDRA LUCIA SILVA SA****@HOTMAIL.COM |
| 576 | AL | SARA FELICIO SANTOS FE****@GMAIL.COM |
| 577 | AL | SHIRLEY DA SILVA BUARQUE SH****@GMAIL.COM |
| 578 | AL | SILVANEIDE RIBEIRO SI****@GMAIL.COM |
| 579 | AL | SILVANIA MAURICIO DE SOUSA SI****@HOTMAIL.COM |
| 580 | AL | SORIANO TORRES AD****@GMAIL.COM |
| 581 | AL | STEPHANY LIMA ST****@GMAIL.COM |
| 582 | AL | SUZANA CRISTINA DEC LIMA ANTUNES SU****@GMAIL.COM |
| 583 | AL | SUZANA FIORI SZ****@GMAIL.COM |
| 584 | AL | TAIS FIGUEIREDO DE ARAUJO TA****@GMAIL.COM |
| 585 | AL | TANELI AVLIS DA****@GMAIL.COM |
| 586 | AL | THAIANE ISABELLE TH****@GMAIL.COM |
| 587 | AL | THALLES SHILMANEY MARTINHO SANTOS LEITE TH****@GMAIL.COM |
| 588 | AL | THEU SOBRAL TH****@GMAIL.COM |
| 589 | AL | THIAGO CANUTO PI****@GMAIL.COM |
| 590 | AL | THIAGO LIMA TH****@GMAIL.COM |
| 591 | AL | THOMAZ FIREMAN DE ARROXELLAS COSTA TH****@HOTMAIL.COM |
| 592 | AL | TUCA ALBUQUERQUE TU****@GMAIL.COM |
| 593 | AL | VALDE MIR CAVALCANTE FERRO VA****@GMAIL.COM |
| 594 | AL | VALNIA VELOSO COELHO VA****@HOTMAIL.COM |
| 595 | AL | WAGNER GUIMARAES MELLO MELLO WA****@HOTMAIL.COM |
| 596 | AL | WALDYJANE FARIAS NOVAIS WA****@HOTMAIL.COM |
| 597 | AL | WENDEL SILVESTRE DE OLIVEIRA WE****@GMAIL.COM |
| 598 | AL | WILLAMES SOARES DA SILVA YT****@GMAIL.COM |
| 599 | AL | WILMA ACIOLY AC****@GMAIL.COM |
| 600 | AL | YVETTE BARBOSA YV****@GMAIL.COM |
| 601 | AM | ADRIANO MORAES DE MEDEIROS ME****@GMAIL.COM |
| 602 | AM | ADRIANO PINHEIRO MI****@GMAIL.COM |
| 603 | AM | AEGON TARG WI****@GMAIL.COM |
| 604 | AM | ALDA BARAUNA AL****@GMAIL.COM |
| 605 | AM | ALDEIZE F DE A AL****@GMAIL.COM |
| 606 | AM | ALESSANDRO CASTRO AL****@GMAIL.COM |
| 607 | AM | ALEXANDRE SOUZA AA****@HOTMAIL.COM |
| 608 | AM | ALEXANDRE VERAS RODRIGUES AL****@GMAIL.COM |
| 609 | AM | ALEX LEONARDO AMARAL GOIS AL****@GMAIL.COM |
| 610 | AM | ALICE KELLY GAMA DA SILVA EU****@GMAIL.COM |
| 611 | AM | AMANDA HOLANDA AMAZONAS AM****@GMAIL.COM |
| 612 | AM | ANA PAULA ROCHA NEVES RO****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDERSON CAVALCANTE GUIMARAES AN****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDERSON CLAITON LIMA AN****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDERSON SENA AN****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDERSON SOUZA XM****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDERSON WILLAMY COSTA DA SILVA AN****@GMAIL.COM |
| | AM | ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM |



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

| Nº UF Cidadão | | |
|-------------------|----|---|
| 619 | AM | ANDRESSA ABTIBOL AN****@GMAIL.COM |
| 620 | AM | ANDREY ZUBIATE NO****@GMAIL.COM |
| 621 | AM | ANTONIO DAVI ROLAND DE BRITO AN****@HOTMAIL.COM |
| 622 | AM | ANTONIO GOMES TO****@GMAIL.COM |
| 623 | AM | ARLANE FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM |
| 624 | AM | ARLANE SANTOS AR****@GMAIL.COM |
| 625 | AM | BARBARA PRISCILA COSTA DE CARVALHO PR****@LIVE.COM |
| 626 | AM | BENEDITO ALBERTO OLIVEIRA FRANCA FR****@GMAIL.COM |
| 627 | AM | BENEDITO ALMEIDA BE****@GMAIL.COM |
| 628 | AM | BRUNA MARIA PINHEIRO MOREIRA BR****@GMAIL.COM |
| 629 | AM | BRUNA TAMIRES BR****@GMAIL.COM |
| 630 | AM | BRUNO ARAUJO AR****@GMAIL.COM |
| 631 | AM | CARLA ZELINE ZE****@GMAIL.COM |
| 632 | AM | CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA SI****@GMAIL.COM |
| 633 | AM | CARLOS ALBERTO PEREIRA FERREIRA CA****@HOTMAIL.COM |
| 634 | AM | CARLOS CEZAR ANDRADE ALMEIDA CC****@GMAIL.COM |
| 635 | AM | CARLOS EDUARDO CLAUDIO RAMOS CA****@GMAIL.COM |
| 636 | AM | CARLOS SOTERO CA****@GMAIL.COM |
| 637 | AM | CASSIO AFONSO SILVA DE OLIVEIRA CA****@LIVE.COM |
| 638 | AM | CASSIUS MARTINS CA****@HOTMAIL.COM |
| 639 | AM | CINTIA SIMOES CI****@GMAIL.COM |
| 640 | AM | CLEIDIANE RABELO CL****@GMAIL.COM |
| 641 | AM | CRISTIAN CARVALHO DE SIQUEIRA SIQUEIRA CR****@GMAIL.COM |
| 642 | AM | CRISTIANE PINHEIRO CR****@GMAIL.COM |
| 643 | AM | DANGLERS CASTRO DA****@GMAIL.COM |
| 644 | AM | DANIELLE OLIVEIRA CH****@GMAIL.COM |
| 645 | AM | DANIEL MARTINS DA****@BLOGDODANIEL.COM.BR |
| 646 | AM | DANIEL SARAIVA BRUCE DA****@GMAIL.COM |
| 647 | AM | DANUZA SANTA RITA RODRIGUES DE LIMA RD****@HOTMAIL.COM |
| 648 | AM | DAS NEVES DA****@GMAIL.COM |
| 649 | AM | DENILSON ANTONIO ALEXANDRE DE****@GMAIL.COM |
| 650 | AM | DENISE BRAGA DE AZEVEDO DE****@YAHOO.COM |
| 651 | AM | DENISE RODRIGUES DE****@HOTMAIL.COM |
| 652 | AM | DIEGO EMERSON VI****@GMAIL.COM |
| 653 | AM | DOCILDA FLORENCIO MARTINS DO****@HOTMAIL.COM |
| 654 | AM | EDCLEY RODRIGUES PIRANGI A9****@GMAIL.COM |
| 655 | AM | EDGAR LIMA DA SILVA JUNIOR ED****@GMAIL.COM |
| 656 | AM | EDILSON DE SOUZA MAFRA ES****@OUTLOOK.COM |
| 657 | AM | EDINEY SANTOS ED****@GMAIL.COM |
| 658 | AM | ELIEZER MOTA EL****@GMAIL.COM |
| 659 | AM | ELIZANA SILVA EL****@GMAIL.COM |
| 660 | AM | ELIZIANE COUTINHO DU****@GMAIL.COM |
| 661 | AM | ELIZOMARA PEREIRA DO NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM |
| 662 | AM | ENEAS SANTOS EN****@GMAIL.COM |
| 663 | AM | ESTEVAM PEREIRA PE****@GMAIL.COM |
| 664 | AM | EUDSON PIMENTEL EU****@GMAIL.COM |
| 665 | AM | EVERTON DE OLIVEIRA MAIA MA****@GMAIL.COM |
| 666 | AM | EZEGLAIR DE SOUZA EZ****@GMAIL.COM |
| 667 | AM | FABIANO AMARANTE FA****@GMAIL.COM |
| 668 | AM | FABIO QUARTAROLLI QU****@GMAIL.COM |
| 669 | AM | FABIO T. C. STOLLER FA****@GMAIL.COM |
| 670 | AM | FABRICIO MARQUES FM****@HOTMAIL.COM |
| 671 | AM | FERNANDA DUARTE CARNEIRO MANOEL FE****@HOTMAIL.COM |
| 672 | AM | FERNANDO DE LIMA GOMES PA****@HOTMAIL.COM |
| 673 | AM | FRANCISCA REGIA MAIA ALFAIA RE****@GMAIL.COM |
| 674 | AM | FRAN MESQ QUARTAROLLI FM****@GMAIL.COM |
| 675 | AM | GEBER NASCIMENTO GE****@GMAIL.COM |
| 676 | AM | GERMINO CORDEIRO DIAS NETO GE****@GMAIL.COM |
| 677 | AM | GIANCARLO MONTEIRO GI****@GMAIL.COM |
| 678 | AM | GILVAN MOTA GI****@GMAIL.COM |
| 679 | AM | GLEYDSON JOSE DE ARAUJO GAMA GA****@GMAIL.COM |
| 680 | AM | GSCRUM GSCRUM GS****@GMAIL.COM |
| 681 | AM | GUILHERME AMORIM DE SOUZA SO****@GMAIL.COM |
| 682 | AM | HELDER DACOSTA HE****@GMAIL.COM |
| 683 | AM | HELOISA MORELI SAMPAIO HE****@GMAIL.COM |
| 684 | AM | HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA RI****@GMAIL.COM |
| 685 | AM | HENRIQUE RIBEIRO MARTINI VIEIRA HE****@HOTMAIL.COM |
| 686 | AM | HIFRAM MOUSSE MO****@GMAIL.COM |
| 687 | AM | ISRAEL VENANCIO IS****@GMAIL.COM |
| 688 | AM | JANES CLEY NUNES JA****@GMAIL.COM |
| 689 | AM | JAQUELINE FERRETTI JA****@GMAIL.COM |
| 690 | AM | JAQUELINE SIQUEIRA JA****@GMAIL.COM |
| 691 | AM | JEAN ALVES JI****@GMAIL.COM |
| 692 | AM | JENNIFER SALES JE****@GMAIL.COM |
| 693 | AM | JOAO CARLOS JO****@GMAIL.COM |
| 694 | AM | JOAO TORRES JO****@GMAIL.COM |
| 695 | AM | JOEMILSON SOUZA JO****@GMAIL.COM |
| 696 | AM | JONAS SILVA JO****@GMAIL.COM |
| 697 | AM | JOSE GERALDO MARTINS DOS SANTOS GE****@GMAIL.COM |
| 698 | AM | JOSE ITAMAR SILVA PONTES JO****@GMAIL.COM |
| 699 | AM | JOSE LUIZ KLEIN KL****@GMAIL.COM |
| 700 | AM | JOSE MURILO FERRAZ SUANO MU****@GMAIL.COM |
| 701 | AM | JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA JU****@HOTMAIL.COM |
| 702 | AM | JULIANO GAMA EC****@GMAIL.COM |
| 703 | AM | KARINA VIRGOLINO KA****@GMAIL.COM |
| 704 | AM | KELSON GIRAO DE SOUZA KE****@HOTMAIL.COM |
| 705 | AM | KENNEDY SILVA LOPES KS****@GMAIL.COM |
| 706 | AM | KETLEN ORQUIDEA BL****@GMAIL.COM |
| 707 | AM | K T TK****@GMAIL.COM |
| 708 | AM | LANEHUEWER FIGUEIRA AR****@GMAIL.COM |
| 709 | AM | LANGERLI MOURA MOURA LA****@GMAIL.COM |
| 710 | AM | LANI BRANDAO LA****@GMAIL.COM |
| 711 | AM | LAZARO ROBSON PEREIRA JANUARIO LA****@HOTMAIL.COM |
| 712 | AM | LE B LE****@GMAIL.COM |
| 713 | AM | LEILSON LEILSON LE****@GMAIL.COM |
| 714 | AM | LEON BARROSO LE****@GMAIL.COM |
| 715 | AM | LEVINDO SOUZA LE****@GMAIL.COM |
| | AM | LIA ACSZ JU****@GMAIL.COM |
| | AM | LIPE SILVA FL****@GMAIL.COM |
| | AM | LUCELIA CUNHA DA ROCHA SANTOS LC****@GMAIL.COM |
| | AM | LUCIANA GONCALVES SIQUEIRA LU****@HOTMAIL.COM |
| | AM | LUCIANA SAMPA LU****@GMAIL.COM |
| | AM | LUCIENE TELES PEREIRA LU****@GMAIL.COM |



6



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater “**medidas práticas de combate e prevenção ao assédio moral e sexual na área de relações institucionais e governamentais**”. O assédio é hoje um dos temas mais importantes para a nossa sociedade, tendo em vista o aumento e a gravidade das ocorrência de casos.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

1. **Deputado Federal Gilson Daniel (PODEMOS/ES)** - Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados;
2. **Representante do Ministério das Mulheres;**
3. **Francine Moor** - 1ª Vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais - Abrig;
4. **Elaine Monteiro Cesario** - advogada, consultora especialista em Violência no Trabalho - Assédio;
5. **Mariângela Mattia** - advogada e consultora - Compliance Women Committee;
6. **Adilson Marques** - analista em RIG e Representante do Coletivo Pretos e Pretas em Relgov;



7. **Stella Cintra** - Psicóloga e Consultora em desenvolvimento humano e organizacional.

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta audiência pública tem como objetivo promover um debate amplo e qualificado sobre as medidas práticas de prevenção e combate ao assédio moral e sexual na atividade de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), tanto no setor público, privado quanto no terceiro setor. Trata-se de uma pauta urgente e necessária, considerando o aumento da visibilidade de casos relacionados a essas práticas abusivas e o impacto direto que causam na integridade, saúde mental, desempenho profissional e permanência de mulheres e outros grupos vulneráveis nesse campo de atuação.

Pesquisa realizada com mulheres profissionais da área de Relações Institucionais e Governamentais em 2023 revelou o assédio como uma grave barreira. Entre as profissionais respondentes, 84% afirmaram terem vivido ou percebido alguma abordagem indevida que poderia ser classificada como assédio moral ou sexual na atuação em RIG.

Os profissionais da área de RIG, por estarem em constante contato com ambientes de poder e influência – como casas legislativas, órgãos do Executivo, entidades de classe, associações e empresas – muitas vezes enfrentam situações de assédio que são invisibilizadas ou normalizadas. A ausência de protocolos claros e a cultura de silêncio agravam ainda mais o cenário.

Nesse sentido, destaca-se a iniciativa da ABRIG – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, que lançou recentemente o **Guia Prático de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na área de Relações Institucionais e Governamentais**, disponível gratuitamente: <https://www.abrig.org.br/images/acervo/cartilha-assedio--2-.pdf> .O documento



representa um marco importante ao oferecer orientações objetivas e ferramentas práticas para empresas, instituições e profissionais adotarem políticas efetivas de prevenção, acolhimento e responsabilização. O Guia também propõe diretrizes que ajudam a reconhecer e combater situações de abuso, contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro, ético e respeitoso para todos.

A Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, comprometida com a proteção da dignidade da pessoa humana e com a promoção da igualdade de condições no ambiente de trabalho, deve liderar essa discussão no Parlamento, ouvindo especialistas, entidades representativas da sociedade civil, autoridades e vítimas que possam contribuir com propostas de ações legislativas, administrativas e institucionais.

Portanto, esta audiência pública visa não apenas dar visibilidade ao tema, mas também reunir subsídios para o aprimoramento de políticas públicas, códigos de conduta e marcos regulatórios que garantam um exercício profissional livre de assédio e discriminação no setor de Relações Institucionais e Governamentais.

A realização dessa audiência pública neste mês tem um simbolismo, considerando que maio é o mês de combate ao assédio e o dia 2 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral e a Semana Nacional de Combate ao Assédio e à Discriminação.

Diante da importância do tema, peço o apoio dos meus pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 15 de abril de 2025.

**Senadora Professora Dorinha Seabra
(UNIÃO - TO)**



7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 1.050 de 2024, que "altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino".

Para tanto, indicamos como participantes:

- Dr^a Dulceria Alves - Procuradora do Ministério Público do Estado da Paraíba;
- Um Representante do Consórcio Lei Maria da Penha;
- Dr^a Eugênia Christina Bergamo Albernaz - Juíza de Direito titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente (Vara Henri Borel) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
- Dr^a Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras - Promotora de Justiça de Defesa da Mulher de Natal - Rio Grande do Norte.



JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) não admite o *sursis* processual para crimes de violência doméstica contra a mulher por conta do prescrito no seu artigo 41. Esse artigo, assim, veda a aplicação da Lei 9.099/95 para os crimes de violência doméstica contra a mulher. Essa vedação é válida independentemente da pena prevista.

A Súmula 536 do STJ também ratifica a vedação da suspensão condicional do processo e da transação penal para os delitos sujeitos à Lei Maria da Penha. Todavia, essa medida parece não estar se mostrando efetiva para a proteção da mulher e da família. A suspensão condicional do processo, na forma proposta pelo Projeto de Lei nº 1.050/2024, pode se justificar para priorizar o bem-estar da mulher e garantir a ela o protagonismo diante de processos que envolvam violência doméstica e familiar, representando uma solução viável para o moroso e ineficiente sistema de justiça atual.

Nesse sentido, de acordo com o relatório *O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha - Ano 2022*, do Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio até a primeira sentença em processos que envolvem violência doméstica e familiar, com ou sem resolução do mérito e excluídas as medidas cautelares, é de aproximadamente 2 anos e 10 meses — ou seja, quase três anos. Em alguns tribunais, essa média ultrapassa quatro anos.

Diante desse cenário, discutir a alteração à Lei Maria da Penha para permitir a aplicação da suspensão condicional do processo em casos de violência doméstica e familiar pode ser positivo. Da discussão, pode-se identificar uma ferramenta eficiente capaz de garantir uma resposta rápida do Sistema de Justiça em benefício da vítima. A mudança a ser discutida é para que a mulher-vítima deixe de ocupar um papel meramente acessório e testemunhal — como ainda é tratada nos processos que apuram violência doméstica — e passe a ter um papel ativo, tendo a oportunidade de decidir sobre o encaminhamento do caso, não da forma



imposta pelo atual sistema, que já demonstrou suas ineficiências, mas de maneira que atenda melhor aos seus interesses e aos de sua família.

É essencial discutir o tema da suspensão condicional do processo, como uma alternativa viável e célere diante da lentidão do sistema judicial, no qual uma sentença pode levar anos para ser proferida, muitas vezes sem qualquer efeito reparador para a vítima. Além disso, é importante destacar que a possibilidade de reabilitação do agressor sem gerar antecedentes criminais que possam dificultar sua inserção no mercado de trabalho favorece o sustento dos filhos e reduz o impacto financeiro sobre a vítima, garantindo que ela tenha mais segurança para reestruturar sua vida longe do ciclo de violência

Por isso, requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater esse importante assunto.

Sala da Comissão, 28 de março de 2025.

Senadora Damares Alves



8